

Memorial¹

Maria Josefina Gabriel Sant'Anna

Primeiras Palavras

Iniciei minha graduação na Universidade de São Paulo/USP no ano letivo de 1969. Meses antes do meu ingresso, o curso de Ciências Sociais /USP deixara seu antigo prédio, na Rua Maria Antonia, área central da cidade, transferindo-se para o distante *campus* da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, no bairro do Butantã. Por trás desse deslocamento, existe uma pequena história que merece ser contada.

Voltando alguns meses no tempo, antes de meu ingresso, no mês de outubro do emblemático e inquietante ano de 1968, os estudantes de duas universidades, com tendências políticas e ideológicas conflitantes entraram em confronto; a Universidade de São Paulo e a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Vizinhas, ambas situadas na Rua Maria Antonia, Vila Buarque, área central de São Paulo. Esses alunos, nos dois casos, tinham histórico de militância estudantil, ainda que em extremos opostos.

O prédio da *Maria Antonia*, como era conhecido, abrigava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, reunindo os cursos de Filosofia, Letras, Geografia, História, Matemática e Economia. Fundada em 1934 a FFCL - um dos núcleos fundadores da Universidade de São Paulo - teve suas primeiras sedes instaladas nas dependências de outras unidades acadêmicas até se fixar em 1947 na Maria Antonia. Muitos uspianos eram ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), em luta contra a ditadura militar e contra a reforma de ensino, configurando uma militância de esquerda.

Do outro lado da rua, a Universidade Mackenzie com seus estudantes simpáticos ao regime militar, em luta contra o comunismo, legitimando a presença daqueles universitários ligados ao Comando de Caça aos Comunistas/CCC, configurando uma militância de direita. Havia ainda a versão de que esses grupos estudantis do Mackenzie eram orientados, em suas ações, por militares.

¹ Este memorial foi defendido em 04 de março de 2021. A banca examinadora foi composta pelos Profs. Cecilia Loreto Marins (presidente), Myrian Sepúlveda dos Santos, Angela Moulin Simões Penalva Santos, José Reginaldo Santos Gonçalves e Aduino Lúcio Cardoso.

Destaco que embora o quadro político, ideológico e de militância estudantil fosse, como se sabe, muito mais complexo do que o aqui relatado, com cisões políticas internas e vários outros problemas de cunho político e ideológico, neste relato busquei situar apenas as linhas mais gerais que definiriam os dois grupos que atuaram nesse embate.

Os confrontos começaram devido a um pedágio criado na Rua pelos Estudantes da USP, que visava custear a organização do congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Os estudantes do Mackenzie reagiram a esse fechamento da rua. As mencionadas diferenças políticas e ideológicas entre os estudantes somadas à tensão da época - em plena ditadura militar - fez com que uma batalha campal logo se espalhasse entre os alunos das duas instituições. Durante dois dias os estudantes se enfrentaram, no começo com ovos, depois com pedras, paus, tiros e até bombas, enquanto a polícia assistia a tudo sem intervir. O estudante secundarista José Guimarães, do Colégio Marina Cintra, da Rua da Consolação, foi atingido por um tiro e morto. Sua camisa ensanguentada foi levada como estandarte pelos alunos da USP em passeata pelas ruas do centro paulistano.

Ao final do confronto, a Polícia invadiu os prédios da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Economia. O edifício pertencente à USP foi parcialmente incendiado e destruído, nessa contenda conhecida como a “*Batalha da Maria Antonia*”, que efetivamente levou ao encerramento abrupto das atividades no edifício, em outubro de 1968, com a consequente transferência, definitiva, de seus cursos para a Cidade Universitária.

Os estudantes ali antes instalados resistiam, lutando pela permanência no complexo Maria Antonia, localizado na área central da capital paulista, com um entorno de efervescência política e cultural, com rede de cinemas, como o Cine Bijou, cineclubes e livrarias, além de bares, como o Redondo e restaurantes, como a Baiúca e o Gigetto. Ainda nas suas vizinhanças localizavam-se o Teatro Municipal, o Teatro de Arena, a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, enfim, uma vida ligada à cultura, quando a esquerda se constituía como vanguarda cultural. Enfim, naquele momento a Rua Maria Antônia era o berço e o centro da agitação política e cultural paulista.

O *campus* da Cidade Universitária, em contrapartida, localizado no bairro do Butantã, zona Oeste da Cidade, um tanto distante fisicamente da área central e sem a mesma movimentação política estudantil, provocava o isolamento dos estudantes. Sua configuração espacial favorecia a dispersão e impedia a criação de locais de convívio entre alunos das diversas faculdades e entre alunos e professores. Obviamente, lá não havia a vitalidade acadêmica

característica da Maria Antonia. A transferência era, portanto, largamente rejeitada pelos estudantes, que apesar de resistirem, foram vencidos. Para o regime militar essa era uma solução há muito desejada.

Relembrando esse fato em 2010, em entrevista publicada pela Revista Tempo Social, o professor José de Souza Martins afirmaria que “de um modo geral, a saída da rua Maria Antônia impôs a vários de nós um modo radicalmente diverso de relacionamento com a universidade, marcado sobretudo pela pobreza de esperança”.

Uma vez na Cidade Universitária, os alunos de Ciências Sociais e dos demais cursos transferidos passaram a conviver com espaços precários e pouco adequados, logo apelidados de “barracões”. Muito quentes no verão, muito frios no inverno, seus telhados de material plástico ou resina ampliavam o barulho da chuva. Eram provisórios, mas cursei toda minha graduação ali. Os barracões expressavam a precariedade física da rápida transferência e as dificuldades políticas que a Universidade enfrentava naquele momento.

As primeiras aulas aconteciam nos barracões, enquanto nos espaços abertos do *campus* ocorriam ações estudantis de resistência, como os “comícios relâmpagos”; manifestações rapidíssimas, de modo a não dar tempo à repressão. Essa estratégia permitiu que um mínimo de contestação sobrevivesse no espaço da Universidade, no duro e longo período da ditadura militar. Vivia-se uma época na qual toda manifestação pública era proibida. Um momento bastante tumultuado e o medo fazia parte do nosso cotidiano. A Universidade enfrentava a presença da polícia em seu *campus*, convivia com a cassação política de professores, com a prisão e mesmo a morte de estudantes, além da aposentadoria compulsória e conseqüente exílio de vários docentes de renome das Ciências Sociais. Com base no Ato Institucional nº5, de dezembro de 1968, foram aposentados compulsoriamente, entre outros: Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Bento Prado Jr., Paula Beiguelman, Emília Viotti da Costa, José Arthur Giannotti.

Enfim, foi este o cenário que marcou meus anos de graduação entre 1969 e 1972. Trago essa narrativa porque entendo como relevante retomar o momento e as contingências sociais e políticas com as quais uma geração de estudantes conviveu enquanto cursava Ciências Sociais, pois elas definiram novos arranjos necessários à viabilidade e continuidade do Curso naquele momento. Minha formação na graduação é produto dessas circunstâncias.

Passadas cinco décadas da *Batalha*, em outubro de 2018, uma Exposição nomeada *Re Vou Ver* instalou-se exatamente no mesmo local onde ela ocorrera,

com o intuito de rememorá-la². Essa reviravolta foi possível porque, já há alguns anos, o histórico prédio da Rua Maria Antônia voltara para a USP e hoje abriga o Centro Universitário Maria Antonia/CEUMA, órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, com intensa programação cultural, considerado patrimônio histórico da cidade. A Exposição contou com o acervo histórico e documental do CEUMA, com muitas fotos, documentos históricos, além de intervenções artísticas, relançamento de livros, exibição de filmes sobre a época, leituras cênicas, acompanhados de debates e discussões.-

Por sua vez, a FFLCH superou suas precárias condições de instalação e hoje ocupa na Cidade Universitária, local que conta com três prédios didáticos, além de outras instalações, como os prédios da Administração e da Biblioteca Florestan Fernandes. Os barracões hoje são apenas objeto de memória.

Formação Acadêmica

"Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução."

BENJAMIN, Walter, Rua de Mão Única - Obras escolhidas Volume III. 5ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 73.

Graduação Ciências Sociais/ FFLCH/USP 1969 -1972

Ingressei na graduação em 1969, na FFLCH/USP, quando o curso de Ciências Sociais, apesar do quadro adverso antes descrito, contava com excelentes jovens professores, que ali vinham se formando como mestres e doutores, e que assumiram as responsabilidades didáticas e acadêmicas de seus mestres aposentados compulsoriamente.

Ao longo dos quatro anos de graduação trabalhei ministrando aulas pela manhã como professora primária, concursada pela Prefeitura de São Paulo e frequentava meu curso no decorrer de todo o período da tarde.

Nas várias áreas das Ciências Sociais, competentes mestres, garantiam aos alunos uma formação de qualidade. Na área de Antropologia frequentei cursos conduzidos por professoras como Gioconda Mussolini, Ruth Cardoso, Eunice Durham, em disciplinas básicas e optativas, que me revelaram a dimensão e a importância da análise antropológica, tanto em seu olhar voltado para o outro, no estudo das sociedades tribais, como na abordagem direcionada para a

² <http://jornal.usp.br/cultura/exposicao-relembra-a-batalha-da-maria-antonia/>

cidade, tema mais recente de estudo, nessa área. Ruth Cardoso foi das primeiras dentre os antropólogos a focalizar o estudo do fenômeno urbano como tema para a análise antropológica, com destaque para suas pesquisas sobre novos movimentos sociais. Em Ciência Política as aulas de professores como Francisco Weffort, Lucio Kovarick, José Álvaro Moisés constituíram referências marcantes para a reflexão em Teoria Política e História das Ideias Políticas. Seus programas de pesquisa tinham como temáticas o populismo na política brasileira, marginalidade urbana, espoliação urbana, movimentos sociais. Eles iniciariam uma tradição de estudo, com contribuições originais, que mais tarde singularizou a Ciência Política da USP como disciplina acadêmica

A área de Sociologia, da qual eu mais me aproximei, vivia o impacto da recente cassação de professores como Florestan Fernandes, que como regente da antiga Cadeira de Sociologia 1 reunia um núcleo denso de jovens professores assistentes e pesquisadores, dentre os quais, Fernando Henrique Cardoso, seu primeiro assistente, Octavio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, igualmente cassados³.

Mesmo em face desse quadro inquietante, a área de sociologia ainda contava com ótimos professores formados na própria USP, herdeiros de uma tradição acadêmica muito respeitada. Tive o privilégio de cursar disciplinas de teoria sociológica com professores, cuja relevância na academia se tornaria notória. Mestres como José de Souza Martins (também ligado ao núcleo Florestan Fernandes), Gabriel Cohn, Maria Alice Mencarini Foracchi, cuja sólida formação se expressava em suas aulas. O professor Leôncio Martins Rodrigues introduziu de modo pioneiro a reflexão sobre a Sociologia do Trabalho no Brasil, a partir de seus estudos sobre sindicalismo, classes trabalhadoras e relações de trabalho. Com grande interesse acompanhei suas aulas pela novidade de suas temáticas e pelas pesquisas empíricas que desenvolvia no espaço da fábrica e diretamente junto aos operários.

A Sociologia Rural contava com figura de grande prestígio nacional e internacional, a professora Maria Isaura de Queiroz, autoridade de destaque nessa área. Seus temas de pesquisa incluíam movimentos religiosos e messiânicos, o ambiente rural, o camponês, o sertanejo e o cangaceiro, o mandonismo político, a cultura brasileira e o carnaval.

Entretanto, era o universo urbano que instigava minha curiosidade de pesquisa e a motivação de tomar a cidade como objeto de estudo. A disciplina

³ <https://jornal.usp.br/universidade/1964-1985-anos-de-perseguiacao-na-usp/>

de Sociologia Urbana, oferecida pelo professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, foi decisiva nesse sentido. Suas aulas me colocaram em contato com sua experiência docente nas áreas de organização social, sociologia demográfica, sociologia do urbanismo e planejamento urbano, inspirando a escolha de minha temática de pesquisa no Mestrado.

Nesse período, o contato com uma bibliografia mais extensa sobre a cidade me permitiu criar um repertório de referências teóricas e conceituais, que incluíam a concepção de espaço urbano, de construção social do espaço, de processo de espacialização da cidade, centralidade urbana, unicidade do centro, urbanismo e planejamento urbano.

A Sociologia Urbana Francesa, por meio de seus representantes entre os quais - Raymond Ledrut e Henri Lefebvre, Manoel Castells, Jean Lojkin, Christian Topalov - propõe novos marcos para a renovação da reflexão sobre a cidade, por meio de uma produção de inspiração neomarxista. Para esses sociólogos franceses (bem como para os norte-americanos fundadores da *new urban sociology*, C. Wright Mills e Floyd Hunter), a cidade deveria ser compreendida como espaço socialmente produzido, assumindo diferentes configurações de acordo com os vários modos de organização socioeconômica e de controle político. Ganha importância a interação entre as relações de produção, consumo, troca e poder que se manifestam no ambiente urbano, o que *politiza a questão urbana*. Surgem, assim, novas questões de investigação: os movimentos sociais urbanos, os meios de consumo coletivo, a estruturação social do território na sociedade capitalista e o papel do Estado na urbanização.

Nessa perspectiva, meu interesse era refletir sobre a configuração espacial da cidade tratando o espaço como categoria de análise. A premissa de Ledrut de que "*olhar sobre a cidade é um olhar sobre o espaço*", não reduz, entretanto, a cidade à sua dimensão espacial. Para o autor *a cidade é espaço*, porque o engendramento de um certo número de relações e de ligações entre elas produz uma estrutura concreta e faz surgir uma espacialidade particular. O espaço é determinado pelo conjunto das relações vividas que definem uma sociedade, uma cultura, e que dizem respeito tanto a relações de produção, como a relações com o mundo. O espaço não é jamais um elemento distinto, desvinculado, das relações sociais.

Essa ótica aproxima-se da visão de Henri Lefebvre de que "a cidade é essa totalidade, onde se ligam estreitamente a forma, o sentido social, espaço e política". Tal reflexão trazia novas proposições teóricas e de abordagem empírica para as cidades, ampliando minha percepção sobre o urbano.

Os mencionados sociólogos urbanos, de inspiração marxista, politizam a questão urbana e formalizam uma severa crítica à tradição de pensamento sobre a cidade, expressa pela Escola de Chicago, que menciono a partir de agora como Escola (que retomamos adiante). Castells, de quem parte a crítica mais contundente e sistemática à Escola - com a anuência seus colegas - indica uma ruptura teórica com essa “sociologia urbana”, principalmente a partir da França e expressa o descontentamento desses teóricos, com a ideia de que haveria um urbano *per se*, a partir do qual seria possível explicar toda uma série de fenômenos sociais urbanos.

No entender do autor, a abordagem ecológica da Escola não fornece nem objeto próprio nem conhecimento específico à sociologia urbana; na verdade, refletiria sobre a sociologia da integração ou da cultura. As teorias que concebem a cidade como variável determinante da cultura são, para o autor, *teses ideológicas sobre a sociedade urbana*. Podem ser tanto de *direita*, como no caso de Louis Wirth, que defende a ideia de que a cidade produz cultura, expressa na formulação do *urbanismo com o modo de vida*, quanto de *esquerda* como no caso de Henri Lefebvre, com quem Castells tem algumas divergências, em especial, sua definição de sociedade urbana, a partir de um conteúdo que é o reino da liberdade e do novo urbanismo, concebendo o urbano como cotidianidade, ou seja, como o eixo do desenvolvimento social e da conclusão cultural da história.

A crítica do autor espanhol volta-se para a *ideia de que o espaço determina o comportamento*; em sua visão ambas as formulações são ideologias, embora contribuam com grandes achados do ponto de vista empírico, as articulações teóricas são fracas, porque todas contêm um pecado original: desembocam no lugar do espaço na estrutura social.

Essa crítica, entretanto, não é consensual entre os pesquisadores urbanos, dentre os quais, David Harvey, geógrafo britânico, atualmente professor da Universidade da Cidade de Nova York. De orientação marxista, ele é dos principais nomes na interpretação do capitalismo moderno, para quem o espaço está associado à reprodução, ao consumo coletivo; não é uma página em branco, ele é determinado pela reprodução; o espaço não existe em si, ele é socialmente determinado.

A sociologia urbana mereceria um novo ponto de partida, diria Castells: a criação de um novo campo teórico, que seria a análise sociológica da produção

do espaço, que resultaria numa “sociologia do planejamento urbano”; solução discutível, segundo Gonçalves⁴.

O autor propõe uma análise da cidade como um “espaço de *consumo coletivo*”, onde se desenvolvem as relações capitalistas de produção. Essa interpretação, contraposta à de Lojkin, permite, diz ele, uma leitura mais ampla da cidade.

A contribuição de Lojkin (1983), que discute a questão do Estado na sociedade de capitalismo avançado, traz como hipótese que a urbanização, como uma forma desenvolvida da divisão social do trabalho, representa um dos maiores determinantes do Estado, tal como ele se apresenta. Lojkin analisa o papel do Estado na urbanização capitalista, a relação da política urbana e suas dimensões com a luta de classes e a questão dos movimentos sociais urbanos diante do Estado.

Divergindo de Castells, Lojkin (1981) entende a cidade como “o *espaço da produção*”. Afirma que a cidade não serve somente para a reprodução da força de trabalho, mais sim satisfazer as condições gerais da produção, que abrange todo o aparato legalizado para garantir a propriedade privada, livre circulação de mercadorias, serviços e a provisão de infraestrutura básica, tanto para o consumo produtivo como para o consumo individual.

Ainda que por caminhos diferentes, ambos partilham da concepção de que o desenvolvimento urbano no capitalismo tem uma especificidade determinada pelos mecanismos sociais, que vão se criando, tendo em vista a articulação entre o Estado e o processo urbano capitalista.

Tais formulações teóricas e conceituais orientaram a abordagem que utilizei em minha dissertação, e foram de grande valia, principalmente nos anos 70, para criação de novas perspectivas de análise e de pesquisa, nas quais o urbano ganha diferenciadas abordagens. Elas foram igualmente valiosas para as discussões teóricas na minha parceria acadêmica no IPPUR (que retomo adiante), além de me permitir aprimorar as propostas de disciplinas oferecidas na área de Sociologia Urbana, tanto na graduação, quanto na pós-graduação *lato sensu*, e mais tarde no mestrado e doutorado do PPCIS.

4 GONÇALVES, M. F. Processo de urbanização no Brasil: delimitação de campo de pesquisa. *Espaço e Debate*, n. 28, 1989, p. 67-79,

Mestrado em Ciências Sociais: Área Sociologia/FFLCH/USP – 1974-1981

Terminada a graduação em 1972, iniciei meu mestrado em 1974, prosseguindo minha formação na mesma instituição (USP/FFLCH), na área de Sociologia. Eu buscava dar continuidade ao contato de pesquisa que tivera com o professor Mourão na graduação, agora, como sua orientanda.

Contei com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP, pelo período de um ano, no qual realizei minha pesquisa de campo.

No mestrado cursei, entre outras, disciplinas ministradas pela professora Eva Blay, duas outras oferecidas por meu orientador, professor Mourão, sempre envolvendo a reflexão sobre a questão urbana, o que me forneceu subsídios para um tratamento teórico e conceitual do tema que escolhi, além de uma crítica ao modelo da cidade funcional, à racionalidade que marcava sua intervenção planejada no espaço urbano. Fui aluna também do professor Lucio Grinover da FAUUSP, na disciplina externa “O processo de Comunicação em Ambiente Urbano”, com ênfase na ideia de que a comunicação visual, se torna o traço característico da cidade, concebida como um lugar de comunicação, criatividade e progresso. Essa dimensão visual da cidade contribuiu muito para o entendimento dos aspectos mais subjetivos e simbólicos, que permitem a leitura da cidade.

Quanto à pesquisa para o mestrado *sua* referência empírica e espacial foi a Área Central da cidade de São Paulo, e teve como foco de análise, a Avenida Paulista⁵, entendida como área de expansão do Centro. Seu título: *A Avenida Paulista no Contexto da Expansão da Área Metropolitana de São Paulo. Proposição para um conceito de centro expandido.*

Essa expansão é percebida como produto do processo produtivo da cidade. Nesse sentido, entendo as mudanças socioespaciais analisadas, como indicadoras das transformações econômicas mais amplas da metrópole de São Paulo. Contrapondo-se ao seu caráter eminentemente industrial, comum às suas últimas décadas, a cidade, nos anos de 1970, começa a se distinguir como grande centro de serviços especializados (setor terciário superior ou

5 A Av. Paulista, idealizada por João Eugênio Lima (inaugurada em 8 de abril de 1881), torna-se uma das áreas residenciais mais nobres da cidade. Contudo, o ano de 1940 marcaria uma ruptura no sólido domínio das mansões – que expressa mudanças mais amplas no âmbito da cidade – com a construção do primeiro prédio de apartamentos na esquina com a rua Frei Caneca, iniciando uma crescente ocupação da Avenida por Altos edifícios. Para uma análise do processo de transformação da Av. Paulista, de área nobre residencial a um centro prestador de serviços do tipo terciário superior, ver Sant’Anna, 1981.

quaternário). O centro urbano que se delineava indicava um novo desenho socioespacial que retratava tais mudanças mais amplas e decisivas para um novo arranjo socioeconômico da cidade.

A São Paulo da década de 1970 vinha ganhando ares de um novo centro financeiro e de sede de serviços mais sofisticados, o que exigia a expansão do centro para uma área com grande *status* de localização, que espelhasse o requinte dos serviços ali oferecidos, por empresas de consultoria técnica, financeiras e/ou ligadas ao comércio de luxo, à moda etc.

Em linhas muito gerais pode-se identificar o Centro Histórico ou Centro Antigo da cidade como aquele formado pelo tradicional triângulo composto pelo Largo São Francisco, o Largo São Bento e a Praça da Sé, onde surgiu o Colégio Jesuíta que originou o povoado. Um desdobramento desse primeiro centro incorpora o Centro Novo, em área próxima, que corresponde ao distrito da República, localizado na extremidade do Viaduto Santa Ifigênia ao Viaduto do Chá. A reunião dessas duas áreas configura o *Centro Histórico Tradicional/CHT*. Entendida como uma área que perdia qualidade e atratividade, com a migração de algumas de suas atividades econômicas para novas áreas.

Autores como Nestor Goulart Reis Filho, Paul Singer, José de Souza Martins, trouxeram reflexões preciosas que revelam o processo de urbanização e de metropolização de São Paulo. Em particular para a análise do longo processo de evolução da cidade de São Paulo e de seu centro histórico, tomei como referência, principalmente, o estudo de Nestor Goulart Reis Filho, que parte do Brasil Colônia/século XVI e chega até o processo de metropolização da cidade, o que derivava de meu interesse no processo de transformação de São Paulo de uma cidade essencialmente industrial para uma cidade de serviços especializados.

O tratamento teórico dessa realidade social exigia a definição de uma série de conceitos, dentre os quais, o de espaço, cidade, e centro urbano. Dialogando com as proposições de Raymond Ledrut, Henri Lefebvre, Manoel Castells, às vezes com proposições distintas, construí o referencial teórico da pesquisa.

Conforme já mencionei, a Sociologia Urbana Francesa traz uma crítica severa ao urbanismo funcionalista, ligada a seu formalismo, que resultava na cidade fragmentada pelas suas diferentes funções, que se especializavam para atender aos preceitos. Esta era uma crítica que eu considerava bastante pertinente a ser incorporada à análise.

Considero minha dissertação de mestrado de grande importância para meu aprendizado na área de pesquisa, tanto pela temática tratada como pela

abordagem adotada. O processo pesquisado era muito marcante e definidor do novo momento da cidade. O delineamento de um novo desenho da área central, expressava diferentes mudanças espaciais, socioeconômicas e simbólicas vivenciadas pela cidade, permitindo identificar uma tendência que viria a se consolidar posteriormente. O Centro Histórico Tradicional vivia um período de perda de qualidade e de migração de suas atividades. Enquanto isso, a Av. Paulista, antiga área residencial nobre da cidade, vinha ganhando ares de centro financeiro e de prestação de serviços sofisticados.

Deve-se destacar que esse processo expressava o delineamento de uma nova estrutura espacial do centro metropolitano de São Paulo. Começava a perder importância, enquanto modelo estruturador da metrópole, o desenho radioconcêntrico historicamente implantado. Por sua vez, ganhava força um novo desenho marcado por corredores urbanos, como a Av. Paulista, direcionando-se no sentido sudoeste da cidade.

É importante destacar essa constatação. Significa dizer que nesse processo de delineamento de uma nova estrutura espacial do centro metropolitano de São Paulo, perde importância seu histórico desenho radioconcêntrico, historicamente implantado e estruturado a partir de seu centro histórico, Praça da Sé e seu entorno. Esse desenho, como se sabe, remete às proposições da Escola de Chicago, em especial, as de Robert Park e Ernest Burgess, em suas formulações sobre o crescimento da cidade marcado pela teoria da estrutura urbana em círculos concêntricos, conforme formulada em artigo por Burgess. Nesse processo ganhava força um novo desenho marcado por corredores urbanos, direcionando-se no sentido sudoeste da cidade, conforme revelava, em sua atuação como urbanista, o arquiteto Candido Malta Campos Filho, cujo trabalho retomo adiante.

A vocação inicial da Avenida em abrigar uma camada social bastante rica e sofisticadas em luxuosas mansões consagrou-lhe a tradição de uma Avenida aristocrática. Era exatamente esse *status* que grandes empresas, inclusive, multinacionais, grandes bancos, queriam herdar ao se instalarem na Av. Paulista, evidenciando que a cidade estendia sua área central para um espaço sofisticado e com atividades econômicas altamente especializadas.

A parte empírica da pesquisa foi também muito reveladora da riqueza de possibilidades dos recursos metodológicos. A transição da Av. Paulista de área residencial de luxo, com seus casarões posteriormente demolidos devia ser mostrada com dados precisos e confiáveis, bem como o início de sua transformação em centro sofisticado de prestação de serviços do terciário superior.

Por sugestão de meu orientador realizei um longo e cuidadoso levantamento com base na ocupação do solo das unidades de serviço que se instalavam na Avenida, em contraposição ao uso residencial de luxo. Como fonte desses dados utilizei as Listas de Assinantes/Endereços de São Paulo /CTB (Edições 1960, 1965, 1969/1970, 1972/73) e ONDE 1976 /77 São Paulo - Jardim América 1ª. Edição de Guias LTB/AS.

Uma sistematização desses dados foi inscrita em figuras com desenho da Av. Paulista, no qual são assinalados os serviços implantados em cada período pesquisado. Um gráfico recupera essas informações como um todo, permitindo verificar como evoluiu, no todo, o número de unidades de serviços instaladas na Avenida. Essa curva indica que a maior taxa de implementação de serviços ocorreu no período 1965 a 1970. Essa taxa, embora menor, manteve-se positiva de 1970 até o final do período pesquisado, 1976/1977.

Outro recurso de pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas realizadas com empresas localizadas na Av. Paulista. Algumas delas haviam deixado o Centro Histórico Tradicional, e o fizeram devido a vários fatores: sua saturação e congestionamento, dificuldade de acesso à área, instalações que não atendiam às necessidades de grandes e modernos espaços. As entrevistas permitiram confirmar que a Av. Paulista representava um novo espaço central.

Destaco como de grande importância para o encaminhamento e delineamento de minha dissertação a reflexão e a prática de planejamento de Candido Malta Campos Filho, professor, pesquisador, urbanista e planejador urbano, hoje professor emérito da FAUUSP. Seu trabalho sobre os corredores metropolitanos de São Paulo foi de grande valia para mim, na identificação das novas tendências de desenho espacial da área central da cidade.

Gostaria, por fim, de mencionar uma experiência positiva que vivenciei nessa fase. No início do Mestrado, 1974, meu marido e eu nos mudamos de São Paulo para o Rio de Janeiro. Como mostro mais adiante, eu iniciaria no Rio, uma atividade de trabalho como socióloga assistente de pesquisa, no Centro de Pesquisa Urbana/CPU do Instituto Brasileiro de Administração Municipal/IBAM. Essa conjunção do Mestrado com meu trabalho de pesquisa no CPU auxiliou-me bastante. Ao mesmo tempo em que fazia as disciplinas de Mestrado - viajando uma vez por semana para São Paulo - eu convivía diariamente com experientes profissionais de diferentes áreas do conhecimento, um grupo de competentes pesquisadores, em projetos que me mantinham conectada com a tarefa de pesquisar empiricamente diferentes questões sobre o urbano.

A defesa da minha dissertação de mestrado ocorreu apenas em 1981, quando retornei da França, onde permanecera, como já mencionei, de meados de 1977 até meados 1980. Os prazos de conclusão eram muito amplos naquelas décadas, bastantes distintos das atuais exigências de integralização da Capes. Minha Banca Examinadora reuniu os professores doutores Juergen Richard Langenbuch, Eva Alterman Blay, e, naturalmente, meu orientador Fernando Augusto Albuquerque Mourão.

Na sequência relato minha experiência na Université de Toulouse /França, na qual realizei um curso de aperfeiçoamento.

Toulouse/França: Diplôme d'Études Approfondies/DEA 1978-1979

Nos primeiros dias de minha chegada à Toulouse dirigi-me à *l'Université de Toulouse II - Le Mirail* (UTM, França) para os procedimentos formais de seleção ao curso de DEA/*Diplôme d'Études Approfondies*, cuja especialidade era *Urbanisme et Aménagement*. À época o DEA correspondia ao primeiro ano do *Doctorat de Troisième Cycle*. Quando cursado unicamente esse primeiro ano, conferia-se ao estudante aprovado o referido Diploma. Esse sistema correspondia ao antigo mestrado e doutorado da França, anterior à reforma que uniformizou as titulações de pós-graduação naquele país, em consonância com as diretivas da comunidade europeia.

O curso exigia cumprimento das seguintes etapas: *Participation à un travail Collectif ou Metodologie de la Recherche; Rapport D' Advancement des travaux personnels*, et *Interrogation Orale sur les deux Rapports*, além de um *Memoire* apresentado e defendido ao final de um ano do curso. Outra atividade importante eram Seminários sobre temáticas urbanas coordenados pelo professor Raymond Ledrut, figura de destaque na Sociologia Urbana Francesa, nos anos 1970.

O *Memoire* que defendi tratava de um dos temas discutidos nos Seminários, relativo aos centros urbanos. Incluía ainda um projeto inicial de pesquisa, a ser desenvolvido caso eu fosse dar continuidade ao curso nos anos seguintes em direção ao *Doctorat de Troisième Cycle*.

Conforme relatei acima, já havia iniciado em 1973, meu Mestrado da FFLCH/USP e conduzia a pesquisa de mestrado sobre questões constitutivas da centralidade urbana na cidade de São Paulo, mesmo residindo em Toulouse. Procurei então, trabalhar questões que eu ainda não privilegiara no estudo dos centros urbanos. Utilizando como recurso a pesquisa bibliográfica, cheguei a uma polêmica discussão sobre a crise dos centros urbanos, trazida por

estudiosos urbanos franceses como Jean Claude Soucy e inclusive Castells trazia sua visão sobre assunto, em texto de 1969⁶, que até então eu desconhecia.

Nessa ótica, os centros urbanos de grandes cidades europeias e norte americanas estariam vivendo uma situação de crise, ainda que em cada caso com características distintas. Essa discussão ocorria no final dos anos 1969 e se estendeu aos anos 1970.

Meu interesse era entender como esses autores definiam essa crise, que fatores a condicionavam, e suas distintas formulações sobre a configuração da crise, bem como sobre suas causas. Em geral os autores associavam essa crise ao crescimento desordenado da cidade e à forma rápida e sem normas que marcou seu crescimento. O pressuposto era o de que o centro urbano incorporava e expressava de forma mais intensa esses problemas, do que as demais áreas da cidade. Busquei demarcar também uma visão crítica a essa proposição de crise defendida pelos autores acima mencionados.

Minha meta era avaliar se o processo que a área central da cidade São Paulo vivia nas décadas de 1960 e 1970, com perda de qualidade de seu centro tradicional, além do problema da migração de muitas de suas atividades econômicas para outras áreas, poderia ser entendida como uma situação de crise do centro urbano. Seria esse processo indicativo de um sintoma de crise?

Minha indagação era se essa realidade poderia ser concebida, no quadro dessa discussão sobre a crise dos centros urbanos, como um sintoma de crise, ou se haveria uma especificidade própria à cidade de São Paulo, sobretudo quando se considera o contexto do Brasil, enquanto país em desenvolvimento, situação não considerada na discussão antes realizada.

Após um intervalo de vários anos, já como professora da UERJ, iniciei meu doutorado na FAU/USP, experiência que relato a seguir.

Doutorado FAU/USP 1994-1998

Conforme mencionei, nas décadas de 1970 e 1980, o Mestrado era um título valorizado na academia, pois poucos professores eram mestres e mais raros aqueles titulados como doutores. Com meu título de mestre pude ingressar no Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Sociologia, inicialmente como professora, e mais tarde como coordenadora. Do mesmo modo, no concurso para professora no então Departamento de Ciências Sociais do IFCH/UERJ, o

⁶ CASTELLS, M. *Le centre urbain: projet de recherche sociologique Cahiers internationaux de sociologie*, 1969 - JSTOR.

Mestrado conferia uma alta pontuação na contagem geral de pontos, o que favoreceu que eu alcançasse o primeiro lugar. Enfim, o Mestrado permitia uma boa inserção na academia. A prática mais comum naquele momento era realizar o doutorado anos depois do mestrado, pois este já era um título valioso.

Assim, depois de alguns anos como professora assistente na UERJ decidi me candidatar ao exame de seleção para o curso de doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Sempre tive muita atração por essa área de conhecimento e pelo tipo de formação que facultava aos arquitetos urbanistas atuar no espaço da cidade, uma atuação que os inseria, muitas vezes de forma crítica, no processo de produção da cidade. Atuação que, como socióloga, não alcançaria devido à ausência de uma formação técnica. Mesmo assim, procurava me aproximar desse olhar e dessa atuação na cidade. Meu interesse era o de criar uma reflexão sobre a cidade que explorasse a interface entre Sociologia Urbana e Arquitetura e Urbanismo. Buscava assim conjugar duas óticas de análise da cidade ampliando os recursos de investigação.

Meu curso de doutorado teve início em 1994, sob a orientação da professora Suzana Pasternak. Graças ao Programa de Capacitação Docente/PROCAD da UERJ, programa zelosamente administrado pelos servidores da Sub-Reitoria de Pós-Graduação/SR2, obtive licença para cursar o doutorado em São Paulo. A CAPES, no quadro do PROCAD/UERJ, concedeu-me a bolsa PICD que viabilizou recursos para a realização do meu doutorado na USP, tanto na etapa dos cursos, quanto na fase de realização da pesquisa empírica.

Na FAUUSP cursei um conjunto de disciplinas, como *Teorias da Urbanização*, ministrada pelos professores Rebeca Scherer e Celso Monteiro Lamparelli; *Estudos de População*, que tinha como responsável, minha orientadora Suzana Pasternak Tachner, curso particularmente importante, com muitas contribuições para o meu tema de tese, além do acesso a uma literatura internacional recente. A disciplina *Leituras Programadas sobre Áreas Metropolitanas*, oferecida pelos os professores Lauro Bastos Birkholz, José Carlos Caruso Ronca e Carlos Eduardo Zahn, trouxe um amplo painel sobre as Áreas metropolitanas brasileiras quanto à sua delimitação, administração, legislação e bases econômicas financeiras. Um dos seus pré-requisitos era a integração de seu conteúdo ao tema da tese, o que favoreceu bastante o conhecimento mais aprofundado e sistemático da Área Metropolitana do Rio de Janeiro, meu referencial empírico de tese. A temática de cada Seminário deveria gerar uma questão específica a ser discutida com os demais alunos, beneficiando uma reflexão constante sobre o conteúdo da tese, o que considero

um mérito do curso em favor dos alunos. Uma disciplina externa foi realizada no antigo IUPERJ, Metodologia: *Introdução à análise de dados*. Em seu conjunto, tais disciplinas foram de grande valia para o desenvolvimento de minha tese.

A pesquisa para o doutorado tinha a cidade do Rio de Janeiro como referência empírica. Buscava investigar os vínculos históricos entre industrialização, urbanização, metropolização, terceirização, mundialização da economia, entre outros, em sua correlação com as transformações que a família urbana vivenciava e seus impactos sobre as formas de morar. Tratava-se de refletir sobre a história da cidade, entrevista pelas transformações que têm ocorrido no mundo da família, na tentativa de identificar seu impacto nas formas de morar, bem como a possível emergência de uma demanda por novos tipos de moradia -- ainda que restrita aos segmentos sociais de alta renda -- como os flats com serviço e hotéis-residência.

Pesquisei a História da Arquitetura e da Moradia buscando uma perspectiva de análise que permitisse correlacioná-la à história da cidade e da família, em seus processos de transformação.

A tese, sob o título *Cidade, Habitação e Família Contemporâneas: os flats cariocas como uma nova forma de morar*, buscava, assim, identificar, nas emergentes relações sociais que o capitalismo moderno produz, os processos mais amplos que articulam essas três esferas da vida social. Adotando uma ótica histórica, buscava identificar quais os prováveis vínculos existentes entre elas, pressupondo que a diferentes conjunturas urbanas corresponderiam distintas estruturas familiares e diferentes formas de morar.

Para a reflexão contemporânea pesquisei as transformações nos projetos da habitação urbana, e a dinâmica de mudanças nas famílias e nos formatos familiares. Verificou-se que as famílias se transformam em seus formatos, sem que se altere a concepção de sua moradia.

O processo de transformação da família é abordado particularmente em relação à família carioca. Para isso, utilizei uma tipologia de arranjos familiares e suas correspondentes variáveis demográficas e socioeconômicas, cuja base de dados é censitária. Busquei explorar um nexu novo na literatura habitacional e demográfica existente, relacionando o espaço de morar a tipos de famílias.

Em termos urbanísticos, tratava-se de caracterizar as tipologias de famílias com base em três níveis espaciais de referência: o Estado do Rio de Janeiro (rural e urbano); a Região Metropolitana do Rio de Janeiro/RMRJ, cuja divisão intrametropolitana compreende o Município do Rio de Janeiro, o Município de Niterói e os demais Municípios da RMRJ. O arranjo espacial intraurbano baseava-se nas Regiões Administrativas/RAs dos seguintes bairros:

Copacabana, Tijuca, Barra da Tijuca e Campo Grande. Nesse nível espacial, cada tipo de família é trabalhado por meio do cruzamento de variáveis socioeconômicas, de modo a caracterizar o tipo familiar associado aos tipos de moradia.

As mudanças do ciclo de vida familiar contemporâneo, cujo desenrolar não é mais necessariamente linear, permitiram trabalhar com a ideia de *transitoriedade do ciclo de vida familiar* (Bonvalet e Merlin⁷), isto é, o aparecimento de períodos transitórios, seja de vida solitária, seja de uniões informais, de descasados, ou ainda, de casados, mas cada um na sua casa.

A hipótese formulada é a de que à transitoriedade do ciclo de vida familiar, corresponderia uma demanda por formas de moradia também transitórias, provisórias ou temporárias, com espaços mais funcionais e flexíveis permitindo múltiplos usos e, muitas vezes, demandando áreas mais centrais da cidade. Entretanto, não foi isso que encontrei empiricamente, mas, sim, uma possível inadaptação da habitação tradicional - projetada para a família conjugal moderna - às necessidades dos novos grupos familiares. Tais necessidades de habitação, são ignoradas especialmente pelas políticas públicas habitacionais, limitadas ao modelo da família nuclear e à concepção de um ciclo linear de vida familiar.

Tomei os *flats e hotéis residência* como objetos de investigação, concebendo-os, como um espaço alternativo de habitação face à moradia convencional, que atenderia à demanda de novos grupos familiares de alta renda. Construí uma tipologia de famílias de base qualitativa a partir dos tipos familiares empiricamente encontrados nos flats e hotéis -residência.

Ao pesquisar formas alternativas de habitação elas se mostraram raras nas grandes cidades brasileiras. Os *lofts* são uma dessas raridades. Esse tipo de habitação urbana, resulta de uma prática arquitetural de reconversão de edifícios industriais em habitação. Surge em um contexto de renovação residencial em áreas centrais degradadas em Nova York nos anos 60, com forte apelo e aceitação entre intelectuais e artistas em geral. Inspirado nesse modelo nova-iorquino, os *lofts* aparecem na França na década de 80 e atraem, mais uma vez, basicamente pessoas que não integram grupos domésticos tradicionais.

O loft é a *habitação do instante, do transitório, de um modo de vida não planejado* (Biau:1987)⁸. Opõe-se assim à visão tradicional sobre a moradia como um bem

⁷ BONVALET C; MERLIN P. (1987). L'évolution des structures familiales: quelles consequences pour l'habitat. *Espaces et Sociétés*, n. 51. Paris, Privat, pp. 183-202.

⁸ Biau, V. (1987) *Le loft: un nouvel habitat urbain* Espaces et Sociétés. 51, p.143-163, Privat, Paris

material e definitivo. O *loft* também se mostra bastante adequado à atual transitoriedade do ciclo de vida familiar.

O fato de cursar a pós-graduação na área de Arquitetura permitiu-me tratar, como eu queria, a moradia a partir do projeto de edificação. Nessa linha, recorri aos trabalhos do arquiteto Marcelo Tramontano. Sua avaliação é que no Brasil há carência de dados, além da ausência de uma prática arquitetural e de projetos de edificação direcionados para a habitação alternativa. As iniciativas mais recentes da arquitetura contemporânea direcionadas para a moradia flexível, igualmente raras, expressam-se em projetos de habitação, que têm em comum a incorporação da noção de *flexibilidade do espaço*, uma inovação face à noção de função. A tendência é planejar a unidade residencial como um grande espaço flexível, que favorece múltiplos usos segundo diferentes necessidades. Nessa linha, o espaço não seria mais definido por sua *função*, mas por seu *equipamento*⁹.

A pesquisa que realizei permitiu comprovar que são vários os indícios – além da pluralidade dos formatos familiares – que apontam a necessidade de multiplicar as soluções da habitação.

Nos países industrializados, apesar de bastante embrionárias, as iniciativas de repensar a habitação, “têm conquistado espaço na mídia e começam a atrair os olhares dos promotores”, destacando que vários jovens arquitetos europeus “têm contribuído para esboçar bases do desenho de novos espaços de morar”, além de arquitetos mais consagrados nessa área, em países como Estados Unidos, Suíça e Inglaterra, e sobretudo na “atual efervescência japonesa” (idem, Tramontano, 1993:15).

Essa percepção vai ao encontro de meu interesse em pesquisar as propostas oferecidas pelo mercado imobiliário e direcionou minha definição pelos hotéis-residência e flats como objeto empírico de pesquisa. Como se viu, a singularidade dessa forma de morar reside na conjugação inédita em um mesmo espaço, da oferta de moradia, serviços, equipamentos e infraestrutura.

Minha tese de doutorado rendeu-me vários artigos, dos quais destaco a publicação *Dinâmica Socioespacial, Habitação e Família na Metrópole do Rio de Janeiro*, *Cadernos Metrópole* 4, PUC/SP, 2000, no qual explorei alguns dos resultados da tese. Anos depois, 2006, publiquei um novo artigo na Revista *Interseções PPCIS /UERJ* com título sugestivo: *Mudanças no Mundo da Família e seu Impacto nas Formas de Morar: Os Flats, Os Descasados, Os Independentes e A*

⁹ TRAMONTANO, M. (1993[A]) *Novos modos de vida, novos espaços de morar*. São Carlos, Departamento de Arquitetura e Planejamento Escola de Engenharia de São Carlos/USP

Esposa Invisível. Trata-se de um recorte que entrevê a história da cidade a partir das transformações ocorridas no mundo da família, de seu impacto nas formas de morar, e da emergência de uma demanda - ainda que restrita aos segmentos sociais de alta renda - por novos tipos de moradia, como os *flats* com serviços e os hotéis-residência.

A temática interdisciplinar da tese propiciou ainda minha participação em congressos internacional e nacionais, como o X CONGRESO DE FIEALC. Simposio 8. - *Estrategias y Modelos del Desarrollo. Mesa 8.5.- Los modelos de desenvolvimiento latinoamericanos en Brasil: resultados en educacion, economía, religion, políticas públicas y demografía*. Minha exposição versou sobre "*Desenvolvimento e Demografia no Brasil: novas tendências e decorrências no âmbito da família, da moradia, dos novos modos e estilos de vida*" 2001. Moscou, Rússia.

No XXIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ANPOCS, 1999, apresentei em parceria com Luiz Cesar Ribeiro, no GT 07- *Cidade, Metropolização e Governança Urbana*, o trabalho *Dinâmica Socioespacial, Habitação e Família na Metrópole do Rio de Janeiro*.

Nesse mesmo Encontro, fui debatedora na Sessão1 da Mesa Redonda-03 - que tinha como tema de discussão *Tendências da estrutura socioespacial: novas desigualdades*.

Conforme destaquei, defendi meu doutorado em 1998, mas foi apenas em 2009 que realizei meu pós-doutorado, experiência que relato a seguir.

Pós-Doutorado IPPUR/UFRJ 2009-2010

Durante vários anos mantive uma parceria acadêmica - como professora e pesquisadora do PPCIS/UERJ - com o professor Luís Cesar de Queiroz Ribeiro do Observatório das Metrôpoles¹⁰/IPPUR/UFRJ, um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia/INCT, do MCT/CNPq/FAPERJ. Essa experiência me permitiu o convívio com professores, pesquisadores, mestrandos e doutorandos, interlocutores com os quais estabeleci um campo de reflexões e

¹⁰ O Observatório das Metrôpoles é uma rede de instituições de pesquisa, formação e extensão universitária. Era naquele momento coordenado pelo professor Luís César de Queiroz Ribeiro, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Reúne equipes de pesquisadores trabalhando no estudo das tendências e das transformações das metrôpoles brasileiras, geradas pelos efeitos das mudanças econômicas, sociais, institucionais e tecnológicas por que passa o país nos últimos 20 anos, em diversas metrôpoles, nomeadamente, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém e na aglomeração urbana de Maringá.

de debates. Participei também de Seminários internos e de várias bancas examinadoras, enfim uma interlocução bastante rica. -

Esse convívio acadêmico propiciou a realização do meu Pós-Doutorado em 2009, no Programa de Pesquisa do Observatório das Metrôpoles: *Território, Coesão Social e Governança Urbana*, integrante do IPPUR/UFRJ, sob a supervisão do Prof. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. As atividades de pesquisa que desenvolvi tinham por base o projeto de pesquisa *“Segmentação Social, Segregação Urbana, Desigualdade Social: o “efeito vizinhança” e o “efeito escola” no modelo dominante de integração social”*, do qual eu participava desde 2006 e que se estendeu até 2010.

Considero esta uma oportunidade gratificante e profícua, derivada da generosa acolhida do professor Luiz Cesar, desde o início de nossa parceria. A equipe de supervisão, da qual eu participava, era formada por professores/pesquisadores tanto do IPPUR, como da área de Educação da PUC-Rio e do IFCS/UFRJ. Juntavam-se a essa equipe 13 alunos pesquisadores originários da UFRJ, meus bolsistas PIBIC/UERJ, além dos mestrandos do IPPUR; um grupo muito motivado e competente.

Para testar os pressupostos básicos da pesquisa e buscar seus referenciais empíricos toda a equipe de pesquisa foi treinada para desenvolver o trabalho de campo. Um total de 15 escolas públicas municipais compunha o universo pesquisado. As crianças cursavam a 4ª série do ensino fundamental, localizadas em bairros típicos da divisão social da cidade do Rio de Janeiro. Parte dos alunos dessas escolas é originária de famílias pobres em situação de vulnerabilidade social, vive em áreas segregadas como favelas, bairros pobres etc.

Os produtos desse projeto coletivo foram apresentados pelos vários integrantes da equipe em congressos, seminários, palestras, além de registrados em várias publicações. O livro de 2010 organizado por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; Mariane C. Koslinski; Cristiane Lasmar *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*, trazia um conjunto de resultados da pesquisa, reunido em artigos de vários integrantes da equipe.

Nesse livro publiquei dois artigos, escritos em coautoria. O primeiro em parceria com Maria Ligia Barbosa, professora do IFCS/UFRJ, especialista em Sociologia da Educação, pesquisadora e consultora da pesquisa. Investigamos, com base nos dados das escolas pesquisadas, o quanto é efetiva a associação entre valor atribuído pela família à educação e a melhoria dos resultados ou dos desempenhos escolares dos filhos de tais famílias. Constatamos que o maior valor atribuído à educação, não se associa aos melhores desempenhos

escolares, embora a literatura afirme o contrário. As escolas de nossa amostra parecem ser incapazes de valorizar esse capital social – o valor atribuído à educação – das famílias mais pobres, das demais formas de capital. Sendo assim, essas escolas simplesmente reproduzem as desigualdades sociais.

O segundo artigo, em coautoria com André Salata, intitula-se *Entre o Mercado de Trabalho e a Escola: os jovens no Rio de Janeiro*. A distribuição das oportunidades escolares, assim como de oportunidades de emprego aos jovens de classes populares, é a base da investigação realizada, e tem como hipótese que as variáveis relacionadas ao local de moradia dos indivíduos ajudam a explicar as escolhas de jovens entre a escola e o mercado de trabalho. Os dados estudados permitem sugerir que as chances de jovens entrarem no mercado de trabalho e abandonarem a escola aumentam significativamente, quando residentes em localidades marcadas por moradias de baixo nível socioeconômico, distantes do centro da cidade, em regiões favelizadas.

Maria Ligia e eu produzimos um novo artigo, “*O Espaço Urbano na Escola: efeitos sobre a distribuição da qualidade*” publicado, em 2010, pela Revista da Educação da PUC-Rio. Buscou-se avaliar se a qualidade da escola é um bem que se distribui de forma homogênea no espaço social da cidade do Rio de Janeiro e identificar quais os fatores que estariam associados a esta distribuição. A dimensão espacial inova a análise, ao ser entendida como um possível fator interveniente na definição de trajetórias escolares. Assim, a dimensão do *território*, até recentemente ausente nos estudos de Sociologia da Educação, permite associar “cidade” e “escola”. Favorece, ainda, a inclusão de novas variáveis de análise, que podem clarificar melhor a relação entre a localização da escola e do aluno no espaço social e possíveis obstáculos originários do lugar, que conduzem a desigualdades de oportunidades educativas.

Discutimos os resultados dessa reflexão, no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia /SBS, em 2009, na Mesa Redonda MR03 “*A cidade contra a escola? Divisões do território urbano e eficácia escolar*”. Coordenada pela professora Maria Ligia Barbosa, a Mesa contou com a presença de outros professores da equipe, além de convidados. A Mesa agregava investigações relacionadas aos temas de desigualdade de oportunidades educacionais, políticas educacionais e equidade. A investigação sobre o efeito escolar evidenciava que a escola importa, que os resultados escolares não seriam mera consequência da origem social dos alunos. Tinha-se como pressuposto que a dimensão do território também é capaz de influenciar a distribuição das oportunidades educacionais, e identificava-se a necessidade de construir um campo de interlocução entre as

políticas urbanas e educacionais. Tais questões constituíram focos de um debate bastante produtivo.

Em outros eventos científicos pudemos apresentar os resultados dessa experiência de trabalho coletivo: no 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006 - GT 01, no qual, o professor Luiz Cesar Ribeiro e eu expusemos o texto “*Segregação Residencial e Reprodução das Desigualdades: testando os “efeito vizinhança” e “efeito escola” na explicação dos diferenciais de desempenho escolar”*”

Em 2007 apresentei no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia/SBS o trabalho intitulado “Segregação Residencial e reprodução das desigualdades: o papel do território nas oportunidades educativas” no GT Educação e Sociedade. No 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009, apresentamos André Salata e eu, o texto “Jovens pobres em contexto urbano: entre a escola e o trabalho.”

Em 2010, participei do Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano: as classes populares e a valorização da educação no Brasil, organizado pelo Observatório das Metrôpoles, que contou com vários participantes do grupo de pesquisa, inclusive, aqueles que no início do projeto eram bolsistas de iniciação científica, como é o caso de André Salata.

Faço uma última referência a mais um produto da pesquisa; a dissertação de Gabriel da Silva Vidal Cid, meu bolsista de iniciação científica, que inicialmente integrou a equipe de pesquisa como graduando UERJ, e mais tarde, como mestrando do IPPUR. A orientação de sua dissertação foi compartilhada entre o professor Luiz Cesar e eu. Sua análise trazia a questão *da segregação urbana e segmentação escolar* - abordada com o auxílio de conceito de *efeitos de lugar* de Bourdieu - que ocorreria em uma das escolas públicas pesquisadas, instalada no interior de um condomínio fechado na Barra da Tijuca, - interessantes situações de convívio entre o Condomínio e a Escola, bem como, entre os alunos da escola pública e os alunos moradores do Condomínio que frequentavam uma escola particular que se situava fora desse espaço.

Semestre Sabático PPGSA/IFCS/UFRJ 2015

Gostaria ainda de mencionar a experiência acadêmica originária de minha licença sabática, em 2015, quando fui convidada pelo Prof. Dr. José Reginaldo Santos Gonçalves do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia a integrar - como Pesquisadora Visitante - a equipe do Laboratório

de Antropologia da Arquitetura e Espaços/ LAARES, reconhecido centro de excelência, sob sua coordenação.

Eu já conhecia a dinâmica e as temáticas de discussão do Laboratório, pois, já participara de algumas de suas sessões semanais. A licença sabática, representou um contato mais direto e contínuo com o LAARES, um espaço profícuo de discussão e de aprendizado entre mestrandos, doutorandos, professores e pesquisadores, num ambiente acadêmico de muitas trocas e de aprendizagem.

A proposta de pesquisa que apresentei ao LAARES esboçava as primeiras ideias sobre o processo de criação de novas centralidades urbanas, uma das marcas do urbanismo contemporâneo. Com este fim, interessava focalizar a revitalização da área portuária do Rio de Janeiro, a partir da atuação da Operação Consorciada Porto Maravilha, e identificar suas propostas de criação de novas centralidades culturais.

As intervenções urbanísticas na área portuária ambicionavam torná-la um *Porto Maravilha*. O bairro da Gamboa foi bastante afetado. Sua Praça mais antiga, a Praça da Harmonia e seu entorno, conviviam com as obras, fechamento de ruas, mudanças nas linhas de ônibus, incômodos reais ao cotidiano local.

Indaga-se que dinâmicas estariam presente no processo de transformar esse espaço numa possível nova centralidade. Que reconfiguração de usos, de práticas sociais e qual visibilidade a região ganharia ao longo desse processo? Que conflitos sociais estão na origem desse tipo de atuação?

A Praça da Harmonia demarcava um ponto estratégico da revitalização da região; todo seu entorno estava sendo requalificado, e, além disso, viria a sediar uma estação dos Veículos Leves sobre Trilhos/VLT, que, pretendia-se, seria o principal transporte da Região do Porto, ligando pontos como a Rodoviária Novo Rio, Central do Brasil, Terminal das Barcas e Aeroporto Santos Dumont. Sua proximidade física em relação ao Aquário do Rio, à Fábrica de Espetáculos do Teatro Municipal e o Instituto dos Pretos Novos, sugeria uma reconfiguração de usos e um ganho de visibilidade da região.

Outro fator que deveria ter grande peso na criação dessa nova centralidade referia-se à provável desativação do majestoso Moinho Fluminense - símbolo arquitetônico tombado pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) - situado ao longo das laterais da Praça. O Moinho iniciou suas atividades em 25 de agosto de 1887. Desde 1914, a BUNGE, multinacional de alimentos e agronegócios, assumiu o comando da Moinho Fluminense, mas depois de histórica e longa presença na área portuária, em 2013, foi negociado pela

BUNGE e desativado em 2016, quando transferiu-se para Duque de Caxias onde se instala atualmente.

A ideia da desativação daquele imenso espaço e toda sua estrutura existente tinha como aposta ambiciosa, as incontáveis potencialidades que as mudanças trariam ao lugar, ao transformar do Moinho em um grande e moderno complexo empresarial, residencial e hoteleiro. Confiava-se no destaque e importância que ganharia a Zona Portuária graças à Operação Porto Maravilha, que com a possibilidade da parceria público-privada - enaltecida nas normas do planejamento estratégico - teria todas as chances de sucesso nesse idealizado empreendimento, que assumia todos os quesitos da lógica do capital. Entretanto, até agora nada foi implementado.

As reuniões do LAARES de apresentação dos trabalhos e de sua discussão permitiram estimulantes debates, com compartilhamento de ideias, trocas de informações. Cada sessão com sua temática própria, envolvia uma nova bibliografia e textos obrigatórios de leitura.

Nesta linha, fiz minha palestra no LAARES, em 26/11/ 2015 para a apresentação e discussão desta linha de investigação antes mencionada, que rendeu interessante discussão com o grupo presente, inclusive com algumas críticas, mas sempre estimulantes.

Outro ganho acadêmico foram as reuniões com o professor José Reginaldo, nas quais tomei contato com aspectos particulares da pesquisa de campo antropológica, que muito me auxiliaram, além da adoção de uma postura mais atenta e refinada aos pequenos detalhes de caráter mais qualitativo na observação direta em campo. Recebi também sugestões primorosas para minha bibliografia.

Enfim, os diálogos, debates, e as trocas sistemáticas entre professores com mestrandos, doutorando, pesquisadores convidados, sobre suas temáticas de pesquisa, tornaram possível estabelecer uma troca acadêmica bastante profícua.

Produtos desse trabalho foram apresentados em dois congressos; XVII Congresso Brasileiro de Sociologia/SBS, Porto Alegre/2015; e no Congresso Internacional da RAM/ Reunión de Antropologia del Mercosur realizado na Universidad de la República Uruguai; Montevideo/2015 em parceria com minha colega Sandra Maria Corrêa de Sá Carneiro.

Destaco ainda o artigo *“Criação de novas centralidade no Rio de Janeiro contemporâneo: Praça da Harmonia e seu entorno na Gamboa”*, em coautoria com meu ex-orientando de doutorado Leopoldo Guilherme Pio, publicado em 2015, na Revista *ARGUMENTOS* do Departamento de Ciências Sociais da

UNIMONTES. Trata-se de uma discussão inicial sobre os espaços que poderiam se configurar como novas centralidades urbanas e culturais na nova área portuária carioca.

Na sequência, exponho as atividades profissionais que desenvolvi a partir de minha chegada ao Rio de Janeiro como moradora. Inicialmente como assistente de pesquisa no Centro de Pesquisa Urbana/ CPU/ IBAM, 1974/1977. Relato a seguir, meu primeiro contato com a UERJ no CEPUERJ, em 1981, com contrato de prestação de serviços. Tornei-me professora efetiva da UERJ com minha aprovação no concurso público de 1983, para professora assistente do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UERJ, atual Instituto de Ciências Sociais/ICS/UERJ.

Atividades profissionais

Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

Centro de Pesquisa Urbana/CPU - 1974 a meados 1977

Aportando no Rio de Janeiro

Em 1974, meu marido e eu deixamos São Paulo rumo ao Rio de Janeiro. Ele iniciaria seu mestrado na Coppe/UFRJ, onde vários antigos colegas da Escola Politécnica/USP já eram mestrandos; outros colegas vieram no mesmo ano que ele. Eu estava deixando meu ofício de professora e já pedira minha demissão à prefeitura de São Paulo, decidida a procurar trabalho na área de pesquisa urbana. Meu professor orientador Fernando Mourão mencionara a existência do Instituto Brasileiro de Administração Municipal/IBAM, aqui no Rio. Eu não conhecia o IBAM. Quando lá estive, me dirigi ao setor de informações e fiquei sabendo que o Centro de Pesquisa Urbana/CPU, integrava o IBAM. Entrei em contato com esse setor, buscando alguma chance de trabalho. Conheci a arquiteta Esperança Bezerra, com quem fiz uma entrevista. Fui aceita no CPU para trabalhar, a cada projeto, sem vínculo formal, como assistente de pesquisa, inicialmente nos projetos coordenados pela arquiteta Esperança. Parece-me que contou positivamente o fato de eu ser formada pela USP e estar cursando o mestrado na mesma Instituição. Depois comecei a participar das novas pesquisas contratadas pelo CPU trabalhando com diferentes coordenadores.

O IBAM era naquele momento uma associação civil sem fins lucrativos, criada em 1º de outubro de 1952, com sede no Rio de Janeiro. No CPU tive uma experiência muito enriquecedora, não apenas pelos projetos de pesquisa de que

particpei (VER ANEXO), mas também pelo convívio direto com um grupo de pesquisadores de grande importância em diversas áreas das Ciências Humanas. Equipes multidisciplinares que se dedicavam ao estudo das cidades e permitiam um diálogo constante com a prática de pesquisa e as circunstâncias da teoria e da pesquisa acadêmica no mestrado.

O convívio com o arquiteto e urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos foi bastante próximo e representou um aprendizado constante, pois era uma das mentes mais brilhantes e lúcidas a refletir sobre a cidade. Constantemente debatendo o uso e a apropriação do espaço nas cidades e reafirmando nos estudos urbanos que a prioridade deve ser dada à solução dos problemas humanos. Ele esteve por catorze anos no IBAM, a maior parte desse tempo como chefe do CPU.

Em 1977, como assessora de pesquisa no CPU/IBAM, com contrato formal de trabalho, solicitei minha saída voluntária da Instituição. Foi com muita tristeza que me despedi. Embora o motivo fosse promissor: viagem, juntamente com meu marido para França, onde iria morar e estudar por um período, em Toulouse, Sudoeste da França. Mesmo assim, eu lamentei muito deixar o IBAM - tanto pelas pessoas queridas com as quais eu convivía, trabalhando em competentes equipes de pesquisa, quanto pelo tipo trabalho que realizava, pesquisa urbana, do qual gostava muito. Minha experiência de vida e prática acadêmica em Toulouse foram muito boas.

Quando voltei da França, em 1981, reencontrei Carlos Nelson. Fui ao CPU procurá-lo para saber que possibilidades de trabalho, eu poderia encontrar ali ou em outras instituições. Na verdade, nem no CPU e nem em outros lugares parecia haver perspectivas de trabalho. Quando deixara o IBAM em 1977, havia em torno de setenta pessoas - entre estagiários, pesquisadores e assessores do quadro formal do CPU, e outros com contratos temporários, distribuídos em várias equipes de trabalho. Nesse momento em que eu buscava retornar, lá estavam apenas o contador geral, François, e Carlos Nelson, como chefe do CPU. Ele me perguntou se eu gostaria de assumir a disciplina de Antropologia Urbana, que ele oferecera no ano anterior, pois estava impossibilitado de dar continuidade a essa atividade. Tratava-se de uma disciplina do Curso Pós-Graduação *Lato Sensu*, em Sociologia Urbana, à época, recém-inaugurado na UERJ. O Centro de Produção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/CEPUERJ, era o órgão administrativo responsável pela gestão desse Curso, e de vários outros. A Coordenação Acadêmica era de responsabilidade do então Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH/UERJ. Realizados os contatos necessários

e cumprindo todos os vários quesitos formais, iniciei, como mestre em Sociologia, minha atividade docente em Antropologia Urbana, disciplina que compartilhei com Maria Laura Cavalcanti, mestre em Antropologia, à época. Foi assim, por intermédio de Carlos Nelson, que fiz meu primeiro contato com a UERJ. Retomo abaixo essa experiência ao discorrer sobre minhas atividades profissionais nesta Instituição, algum tempo depois.

Em meados de 1983, voltei ao IBAM, quando fui convidada a oferecer a disciplina de *Metodologia de Pesquisa Qualitativa* na pós-graduação *lato sensu* do Curso de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Municipal e Urbano/CEMUAM, voltado para a formação de gestores públicos visando habilitá-los para sua atuação em suas respectivas localidades de origem. Por três anos consecutivos, com duração de três meses, oferecia anualmente essa disciplina.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPCIS/ICS Desde 1983

Em 1983, prestei concurso público para professora assistente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ, Departamento de Ciências Sociais, na área de Sociologia. Ingressei em setembro do mesmo ano, com carga horária de 20 horas semanais, que em 1986 passaram para 40 horas. Em agosto de 1999 passei para o regime de dedicação exclusiva, no qual estou até hoje.

Trabalhei de início como professora e pesquisadora na graduação, na pós-graduação *lato sensu*, e mais tarde, na pós-graduação do PPCIS, como exponho na continuidade do texto. As orientações de bolsistas PIBIC, de trabalhos de final de curso, de monografias, mestrado, e doutorado distribuíram-se nesses três níveis de ensino. No total foram sessenta e quatro orientações, somadas as monografias de graduação, especialização, de iniciação científica, dissertações e teses.

Departamento de Sociologia - Atividades de Graduação

Em minhas atividades ligadas à docência ofereci disciplinas obrigatórias na graduação, entre as quais: Introdução à Sociologia, Sociologia Geral, Teoria Sociológica e eletivas: Tópicos Especiais em Sociologia Urbana, com recortes temáticos que contemplavam Segregação Urbana e Desigualdades Sociais; Cidades, Família e Moradia; e mais recentemente Megaeventos Esportivos, Dinâmicas Urbanas e Conflitos Sociais. Ministrei ainda por alguns anos,

disciplinas externas de Sociologia para turmas do Serviço Social, Enfermagem, Nutrição.

Das monografias que orientei na graduação algumas se destacaram por suas interessantes temáticas e por suas abordagens promissoras. Destaco as seguintes: de Bianca Feire Medeiros, *O Sonho de Ser Paris: Rio de Janeiro e Buenos Aires na Virada do Século: as reformas urbanas como caminho para a modernidade*, defendida em 1992; a de Francisco Manoel de Moura Preto, intitulada *Favela e Direito de Laje: considerações sobre a favela de Mangueira*, defesa em 1998, a de Edna Santos Ribeiro, *Direito à moradia urbana: um estudo de caso sobre as ocupações em São Gonçalo*, defendida em 2000. Dentre as mais recentes menciono a de André Ricardo Salata, *Nova Pobreza Urbana e Reprodução das Desigualdades Sociais: um estudo sobre os efeitos do local de moradia sobre as possibilidades de ascensão social*, defendida em 2007 e a de José Leonardo da Silva Paiva “*Estudo preliminar das ocupações Vitto Giannotti, Manoel Congo e Mariana Crioula, ocupações exitosas da área central do Rio de Janeiro*”, com defesa em 2018.

Mais adiante mencionarei outras orientações ao discutir meus projetos de pesquisa, apresentando-as como produtos da investigação em destaque.

Ainda em relação a atividades junto a graduação na UERJ, integrei o Comitê Consultor Interno do Programa Institucional de Iniciação Científica/SEMIC da UERJ/SR-2, desde a 12^a. até a 16^a. Semana de Iniciação Científica, realizadas nos anos de 2003 a 2007.

Particpei ainda como Membro do Comitê Avaliador das 7^a. 8^a e 10^a Semana de Iniciação Científica nos anos 1998, 1999 e 2001.

Nos anos 1998 e 99 atuei como Coordenadora Adjunta do Convênio UERJ-IUPERJ - Banco de Dados Urbandata - Brasil, idealizado e criado no final da década de 1980 pela querida amiga Profa. Dra. Licia Valladares, com uma trajetória que se estende até hoje. Tratava-se de um banco de dados bibliográficos sobre o Brasil Urbano, pioneiro, em um mundo anterior à internet, quando não existiam informações disponíveis *online*. Utilizava-se a tecnologia de informática para a montagem do banco bibliográfico relativo aos estudos e pesquisas sobre o Brasil Urbano. Vários alunos da graduação de Ciências Sociais da UERJ participaram como estagiários nesse convênio.

Menciono três publicações do Urbandata, das quais participei como coautora. O catálogo bibliográfico, *Teses sobre o Brasil Urbano*¹¹. A publicação *O Rio de Janeiro em Teses: Catálogo Bibliográfico*¹², um dos produtos do Convênio

¹¹ Valladares, L.do Prado; Sant’Anna, M.J.G. Caillaux; A, M. L.; *1001 Teses sobre o Brasil Urbano: catálogo bibliográfico (1940-1989)*, Rio de Janeiro: URBANDATA, 1991.

¹² Valladares, Licia do Prado, Sant’Anna, Maria Josefina Gabriel. *O Rio de Janeiro em Teses: Catálogo*

antes referido, teve como autoras Licia Valladares e eu. Organizei a publicação quem *faz a pesquisa urbana no Brasil? – Catálogo de Pesquisadores*¹³ com Carlos Augusto, estagiário do Urbandata e aluno do nosso curso de Ciências Sociais. O Urbandata nasceu e se constituiu, nos seus primeiros anos, com uma relação direta e muito próxima ao então Departamento de Ciências Sociais da UERJ.

Desde 2014 o Urbandata-Brasil conta com a competente coordenação da Profa. Dra. Bianca Freire-Medeiros, nossa querida e brilhante ex-aluna na graduação de Ciências Sociais e do curso Sociologia Urbana *lato sensu*, uma das primeiras estagiárias do Urbandata, que desenvolveu com Licia uma forte relação acadêmica e afetiva. Sua trajetória merece destaque. Bianca atualmente é professora e pesquisadora no Departamento de Sociologia da USP e no Programa de Pós-Graduação, além de Pesquisadora Associada do Centro de Estudos da Metrópole/ (CEM/CEPID). Essa vinculação permitiu a associação do Banco Urbandata ao CEM em 2018, contando atualmente com uma equipe de seis bolsistas de Iniciação Científica, além de colaboradoras/es em diferentes etapas de formação, da Graduação ao Pós-Doutorado.

Hoje o UrbanData-Brasil/CEM é um banco de dados bibliográficos, como na sua origem, que busca suprir a necessidade de acompanhamento, registro, classificação e difusão do conhecimento científico sobre as cidades brasileiras. Para além das referências bibliográficas disponibiliza informações sistematizadas sobre artigos de periódicos, livros, coletâneas, dissertações e teses, entre outros formatos editoriais. O banco de dados permite, ainda, o avanço do conhecimento acumulado a partir da realização de balanços dessa produção multidisciplinar. Destacam-se ainda as suas Áreas Temáticas (ATs), critério de indexação criado, desde sua origem, pelo UrbanData-Brasil para agregar referências bibliográficas conforme os vários *corpi* da literatura sobre o Brasil urbano.

Bianca além de ter sido minha orientanda em sua monografia de graduação e na de pós-graduação *lato sensu*, foi também minha bolsista de pós-doutorado com bolsa financiada pela FAPERJ. Sempre uma relação acadêmica muito fértil, eficiente, produtiva e permeada de muito afeto.

Cabe aqui agradecer Licia Valladares, por todo seu talento e sua presença marcante ao longo da construção da história da sociologia urbana brasileira. Com a criação do Urbandata nos finais dos anos 1980, Licia antecipou as

Bibliográfico 1960-1990.URBANDATA (IUPERJ), CEP:RIO (UERJ)1992.

¹³ Sant' Anna, Maria Josefina Gabriel; Lima Junior, Carlos Augusto F. *Quem faz a pesquisa urbana no Brasil? – Catálogo de Pesquisadores* URBANDATA -BRASIL (UCAM), 2001.

potencialidades das ferramentas de busca bibliográfica que hoje fazem parte do nosso cotidiano de pesquisa.

Licia Valladares acompanhou toda a trajetória do Urbandata, em suas várias inserções institucionais. Mantém hoje sua ligação, presença e participação no UrbanData-Brasil/CEM como Coordenadora Emérita.

Especialização em Sociologia Urbana UERJ/CIS/CEPUERJ

Conforme mencionei, minha primeira atividade docente na UERJ foi na Pós-Graduação *Lato Sensu* em Sociologia Urbana em 1981. Depois da minha admissão por concurso em 1983, como professora assistente do Departamento de Ciências Sociais do IFCH/UERJ, ampliou-se minha relação com o referido Curso. Assumi a sua coordenação e mantive a oferta de disciplinas e orientação de monografias. Orientei muitas monografias e participei de numerosas bancas de defesa.

Permaneci como Coordenadora do Curso ao longo dos anos 1998 a 2004. Participei como Membro da Comissão Examinadora para ingresso no Curso em 1998, 1999, 2000, 2001.

Dentre as monografias que orientei nesse curso algumas relacionavam-se aos meus projetos de pesquisa. Como exemplo, cito a monografia de minha primeira orientanda, Shelley Muniz Azambuja Neves de Souza, e que se conectava com meu projeto *Habitação em Área Central para Famílias de Baixa Renda*, que retomo adiante. Os resultados dessa pesquisa foram também expostos em três Congressos, que igualmente, apresento na continuidade do texto.

Em 2005 o Curso de Sociologia Urbana comemorou 25 anos de existência e ao longo do ano seguinte, 2006, várias atividades foram realizadas para comemorar a data. A conferência do querido professor Luís Antonio Machado da Silva, abriu o ano letivo do Curso e inaugurou as comemorações. Alguns meses depois a professora Sandra de Sá Carneiro e eu organizamos um Seminário que contou com o apoio da FAPERJ. Participaram desse evento professores de diversas formações disciplinares, vários deles do nosso Departamento de Ciências Sociais, além de professores convidados, todos com larga e competente trajetória na reflexão sobre a cidade, que apresentaram diferenciadas pesquisas sobre distintas realidades que se expressam no mundo urbano problematizando, com pertinência, sua complexidade.

Essa reflexão coletiva foi disponibilizada e socializada em livro que também contou com apoio da FAPERJ, organizado por Sandra e por mim. Com o título

Cidade: olhares e trajetórias, o livro, publicado pela Garamond em 2009, traduz as diversas temáticas que animam a reflexão dos estudiosos urbanos¹⁴.

Nos dias atuais permaneço como docente; ofereço a disciplina obrigatória de sociologia urbana ou tópicos especiais nessa área, com um leque de temáticas urbanas mais amplo. Continuo orientando as monografias e participo das bancas de defesa.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPCIS/ICS/UERJ - desde 1999

Terminei o doutorado em finais de 1998, e no ano seguinte, passei a integrar o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/PPCIS. Como docente, ofereci disciplinas obrigatórias, e várias vezes ministrei cursos eletivos vinculados à minha linha de pesquisa, entre eles, *Segregação Urbana e Desigualdades Sociais; Cidade, Família e Moradia em Contexto Urbano*; e nos anos mais recentes, *Megaeventos Esportivos, Dinâmica Urbana e Conflitos Sociais* e outras eletivas com essa temática. Tive o prazer de ministrar cursos preparados e oferecidos em parceria com colegas, como Marcia Contins, Cecília Mariz, Sandra de Sá Carneiro, que resultaram sempre em ótimas experiências de trabalho.

A seguir relato as atividades administrativas que realizei, os convênios que coordenei, e a organização e participação em seminários.

Atividades Administrativas

No biênio 2003-2004, a professora Cecília Mariz e eu fomos Coordenadoras do PPCIS. Como Cecília relata em seu Memorial, publicado recentemente pela Revista *Interseções*, foram dois anos nos quais enfrentamos greves de funcionários e nos preparamos para uma avaliação trienal da CAPES. O resultado foi bastante promissor para o PPCIS, que graças a todo o investimento acumulado de anos de trabalho do conjunto do colegiado e estudantes, foi promovido naquela avaliação, passando de conceito quatro para cinco na escala da CAPES.

Anos depois, no biênio 2007-2009 fui Coordenadora Adjunta do PPCIS tendo a professora Myriam Sepúlveda dos Santos como Coordenadora. Foi

¹³ CARNEIRO, S. S. e SANT'ANNA, M. J. G. (Orgs.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009. v. 1. 280 p.

igualmente uma experiência importante realizada com espírito bastante fraterno e com bons resultados para o Programa.

Hoje participo da Comissão de Ensino do PPCIS coordenada pela professora Lia Rocha, na Comissão de Acompanhamento Acadêmico Discente (CAAD) tendo como colegas as professoras Waleska Aureliano e Roberta Guimarães, além dos representantes discentes Viviane Herindger e Armino Feliciano de Jesus.

Ainda como atividades relativas ao PPCIS participei em vários momentos da Comissão de Bolsas do Programa. Participei também em variados anos de bancas para a seleção de mestrado e doutorado do PPCIS.

Coordenação de Convênios

Das atividades ligadas a Convênios, considero importante destacar que coordenei o Programa de Doutorado Interinstitucional/DINTER firmado entre a UERJ/PPCIS e a UNIMONTES, Universidade de Montes Claros/MG, que tinha como Coordenadora Maria da Luz Alves Ferreira; ao longo de quatro anos de trabalho, nos tornamos grandes amigas.

Em setembro de 2011 assumi formalmente a Coordenadoria do convênio DINTER-CNPq. O curso de doutorado começou em março de 2012, com a aulas oferecidas no campus da UNIMONTES e, durante um semestre, as disciplinas foram oferecidas no campus da UERJ. O convênio foi concluído em março de 2016. Tivemos um ótimo resultado nessa experiência DINTER. Todos os alunos inscritos defenderam suas teses, obtendo o título de doutor.

Em 2014 solicitei meu desligamento da Coordenação, por problema de incompatibilidade com o regime de dedicação exclusiva/DE, mas continuei no Convênio participando como professora até a fase de defesa das teses, em março de 2016, inclusive participando de bancas de defesa.

Coordenei ainda um interessante convênio de cooperação internacional. Em julho de 2009 fui nomeada pelo Reitor para a coordenação do Convênio de Cooperação entre a UERJ e a *Università Degli Studi di Roma "Tor Vergata"*, através de portaria de 22 de julho de 2009. Por ser um convênio com universidade europeia, tem grande significado para o PPCIS, inclusive, quanto ao quesito internacionalização. Ele foi firmado, graças à iniciativa da professora e grande amiga Cleia Schiavo, que trabalhou muito para essa exitosa cooperação. Quando a professora Cleia transferiu-se para outro Programa da UERJ, ela convidou-me para assumir a coordenação do Convênio, e ao meu colega professor Dr. Dario Souza e Silva, a coordenação adjunta.

Posteriormente o professor Dario tornou-se professor convidado da Universidade *Tor Vergata*.

Coordenador do Convênio pela *Tor Vergata*, o professor Enzo Rossi desenvolvia um trabalho com seus alunos, em fase de preparação de suas pesquisas de conclusão de curso. Esses estudantes mantinham-se por um período no Rio de Janeiro, quando realizavam atividades em nosso Departamento, como encontros e seminários relativos à realidade carioca, que muito lhes interessava. Também desenvolviam algumas atividades de campo relacionada aos seus projetos. O professor Enzo coordenava essas atividades.

Destaco como produtos do Convênio os Seminários realizados na UERJ na área de Sociologia Urbana. Em 2012 foi igualmente realizado um Seminário, esse mais amplo, que contou com a presença dos coordenadores do Convênio, além de vários pesquisadores italianos e brasileiros, que apresentaram seus trabalhos.

Nesta linha, menciono ainda como produto do Convênio, o livro publicado em Roma e organizado pelos coordenadores do Convênio, ROSSI, Enzo; SANT'ANNA, Maria Josefina; FILHO, Dario de Sousa e Silva, *Bambini e adolescenti in condizioni di vulnerabilità*, Roma, 2011, ARACNE Editrice; O livro conta com um artigo meu em parceria com Dario de Sousa e Silva: *Organizzazione socio-spaziale e povertà. Profili e traiettorie dei Meninos de Rua a Rio de Janeiro*.

Em fevereiro de 2013 foi apresentada a primeira dissertação de mestrado produzida no âmbito do Convênio, por uma aluna orientanda do professor Dario.

Organização e Participação em Seminários

Ao expor as atividades desenvolvidas neste tópico faço referência inicialmente aos Seminários que tiveram UERJ como sede.

Com meus colegas, Angela Moulin dos Santos Penalva e Gláucio Marofon, organizamos uma sequência bienal de Seminários interdisciplinares que se tornaram referência entre os professores e pesquisadores das diferentes áreas envolvidas. Em 2009, planejamos o primeiro evento denominado Seminário/*Rio de Janeiro, um território em mutação*; em 2011 igualmente, o *Seminário II - Rio de Janeiro, um olhar socioespacial*, seguido em 2013 pelo *Seminário III - Rio de Janeiro, Transformações territoriais no Rio de Janeiro do Século XXI*.

O *IV Seminário Rio de Janeiro: uma abordagem dialógica sobre o território fluminense* rompeu essa sequência bienal devido aos conhecidos problemas

pelos quais passou nossa Universidade, e que felizmente vem superando. Aconteceu em 2017, num momento em que a Universidade não estava funcionando regularmente, mas consideramos que era um momento importante para realizar esse evento, para marcar a presença desse tipo de atividade acadêmica no *campus*.

O Seminário teve sempre um desenho interdisciplinar, reunindo as áreas de conhecimento dos seus coordenadores, Economia, Direito da Cidade, no caso de Angela; Geografia (inclusive rural) área de Gláucio e Sociologia Urbana, minha área de trabalho. Professores, pesquisadores, nossos mestrandos e doutorandos, professores convidados de várias universidades dele participaram. A programação incluía quatro Mesas, distribuídas nos dois dias do evento. Todos os participantes além de sua exposição, apresentavam um texto completo, posteriormente publicado em livro, conforme assinalo abaixo.

Angela, Gláucio e eu sempre preparamos esses eventos com muito gosto, com uma boa relação de amizade. Nossa avaliação era a de que fazíamos um trabalho coletivo importante, incentivando os seminários internos na UERJ com colegas de diferentes áreas, e de diferentes instituições, além de incentivar a produção de novos mestrandos e doutorandos, que, a cada evento, dispunham da Mesa 4 para apresentar e discutir seus trabalhos em andamento.

A rica experiência de trabalho a partir de nosso pequeno grupo gerou muito produtos. No total foram realizados quatro Seminários, que permitiram a publicação de quatro livros. Três deles financiados pela FAPERJ. No quarto Seminário optamos pela publicação de um número temático na Revista de Geo UERJ n. 32 (2018): jan./jun., além de sua publicação em livro pela Editora EDUERJ, em 2019, na qual Sandra de Sá Carneiro e eu publicamos nosso artigo *Espacialidade urbana e usos e apropriações de espaços públicos: estudo de duas praças na cidade do Rio de Janeiro*.

Os demais artigos que publiquei nos referidos livros são indicados na sequência do texto, como produtos de pesquisa.

O Seminário *MINHA CASA É MEU PORTO*, realizado na UERJ em outubro de 2015, organizado e coordenado em parceria com meu colega arquiteto e professor Humberto Kzure-Cerquera, do **Departamento de Arquitetura e Urbanismo** do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ. Esse Seminário visava discutir a produção da moradia de interesse social na Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, a perspectiva da inclusão social e apropriação qualificada dos espaços públicos pelos beneficiários, a necessária e urgente discussão sobre a maneira como vem se configurando a participação dos movimentos sociais ante as decisões políticas

que levam à implementação de empreendimentos habitacionais. Partia-se da ideia de que as intervenções urbanísticas da Operação Consorciada Porto Maravilha, atuavam no sentido contrário a essas proposições.

Participaram as instituições de ensino superior, UERJ/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UFRRJ/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a UFRJ/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFF /Universidade Federal Fluminense e o IPPUR/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, bem como, os representantes de coletivos de movimentos sociais, que reivindicam a produção de moradias de qualidade.

A necessidade de avaliação dos impactos das muitas intervenções no tecido urbano e na produção da habitação de interesse social na cidade do Rio de Janeiro, naqueles últimos anos, justificou a proposta do Seminário. Avaliava-se que administração pública procurava vencer o déficit habitacional, implantando várias unidades de moradia por meio do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida – MCMV ao mesmo tempo em que intensificava a política de remoções de famílias de baixa renda, para atender demandas exigidas pelos setores privados da economia. Os novos empreendimentos imobiliários ou de infraestrutura seguem a lógica dos já conhecidos Megaeventos - Copa do Mundo e Olimpíadas.

Enfim, buscava-se com o Seminário discutir a produção da habitação de interesse social na Cidade do Rio de Janeiro, com ênfase na Zona Portuária, visando à formulação de proposições que garantam a inclusão sociocultural, socioeconômica e socioambiental desses empreendimentos de moradia com as intervenções urbanísticas ligadas aos megaeventos.

Uma das marcas desse Seminário foi o entusiasmo e a pronta adesão de nossos colegas, que consideraram muito oportuna a discussão proposta, tendo em conta o contexto de política pública de habitação do MCMV, combinada com as intervenções urbanísticas na área portuária da operação Porto Maravilha, que levaram à expulsão dos moradores das várias ocupações daquela área, sem que nenhuma solução fosse pensada em termos de habitação social, que por lei deveria ter sido implementada e que foi simplesmente ignorada, sem qualquer penalização aos responsáveis.

Em dois dias de intensa discussão, três Mesas Redondas e um Fórum de Debates reuniram pesquisadores de diferentes especialidades nesse Seminário. Outro mérito do Seminário foi aproximar essas pessoas que se conhecem, que trabalham na mesma área, mas que raramente se encontram e discutem suas ideias, devido à conhecida e habitual correria vivida por todos nós,

Outro produto a destacar foi uma carta aberta elaborada pelo grupo, com análise crítica sobre o plano da prefeitura. Uma das críticas direcionou para a má qualidade dos projetos arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e de infraestrutura para habitação de interesse social que vêm sendo executados no país, como os do MCMV, que não levam em consideração as especificidades locais, regionais, econômicas, culturais e sociofamiliares. Essa carta foi lida em evento do IABRJ e depois encaminhada para divulgação voltada para um público maior.

Por fim, considero relevante mencionar um evento, importante para minha pesquisa, ainda que não seja exatamente um seminário acadêmico. Organizado por Glaucia Santos Garcia, historiadora e então redatora chefe do jornal Viva Gamboa, pelo antropólogo Rogério Duarte, e por mim, no ano de 2016. Intitulado - “*Prosa na Praça: Memórias, Relatos, e Imagens da Região Portuária do Rio de Janeiro*” - foi realizado na própria Praça da Harmonia, referencial empírico de minha pesquisa, voltado para os moradores da Praça e de seu entorno.

Buscava-se uma troca com eles, moradores do lugar, suas vivências e suas lembranças. Supunha-se que isso os envolveria mais com a Praça e lhes forneceria mais informações, sobre as intervenções urbanísticas do Porto Maravilha, que traziam inseguranças quanto à manutenção da Praça e eventuais mudanças.

Apresentamos também o significativo vídeo “Praça da Harmonia” realizado pela produtora de Luís Carlos Barreto. O vídeo reúne imagens de um passeio pela Praça da Harmonia e seu entorno, realizado por algumas das figuras mais significativas do bairro, moradores de longa data do lugar, que contaram suas histórias e suas vivências no bairro e na Praça. Entre eles o Seu Lula com quem eu tive contato mais direto, inclusive com entrevistas.

Exibimos ainda, em *powerpoint*, mapas, fotos antigas, e atuais da Praça, algumas delas verdadeiros achados de pesquisa de minha amiga historiadora Glaucia Santos Garcia. Por fim, apresentamos também um depoimento de um casal de antigos moradores do bairro, seguido de um debate. Contamos com o Apoio da Associação dos Moradores da Gamboa/AMAGA.

Na sequência apresento algumas das dissertações e teses que orientei, com pequenos comentários.

Orientações de Mestrado e Doutorado

Dos sessenta e quatro trabalhos que orientei, oito foram dissertações e cinco, teses. Destaco aqui apenas alguns. Outras orientações serão mencionadas, abaixo, quando trato dos meus projetos de pesquisa.

Destaco inicialmente a dissertação de Luiz Kleber Rodrigues Farias, *A favela do Rio das Pedras: a imagem da paz como ensejo para crescer?* Defendida em 2007, identifica alguns elementos propulsores do crescimento demográfico e geográfico de Rio das Pedras, nas últimas décadas, como o estabelecimento de uma relação diferenciada com o Poder Público, a proximidade física da *favela* com o mercado de trabalho, com forte influência das redes de parentesco em seu interior e a presença da chamada *polícia mineira*, também identificada como milícia. Problematiza a imagem - construída internamente - de uma *favela* positiva, onde a paz predominaria de forma permanente.

Por sua vez, a dissertação de Marina Cavalcante Vieira sob o título, *Visões da modernidade nas histórias em quadrinhos: Gotham e Metrópolis em finais de 1930*, tem sua temática bastante ligada às teorias da cidade e ao urbano. Defendida em 2012, tem como objetivo investigar a imagem das cidades de Metrópolis (Super-Homem) e Gotham (Batman), em seu contexto de criação. Situa a metrópole e os seus problemas como a causa da necessidade de existência de super-heróis. Sua investigação expressa a excelente formação teórica de Marina, sua criatividade, originalidade, e sua grande capacidade de lidar com a teoria e a empiria. A dissertação se desdobrou em vários artigos com muito boa aceitação entre os estudiosos do tema, e muitas apresentações em congressos e seminários. Atualmente Marina já é doutora. Defendeu sua tese também no PPCIS.

Dentre as orientações mais recentes ressalto a dissertação de Marcia Menezes T. Pereira - *A construção social da identidade da sociologia como disciplina escolar - que sociologia é essa?* Defendida em 2013. Debate a respeito da Sociologia como disciplina escolar e tem por objetivo investigar qual sua identidade na escola. Indaga que Sociologia é esta? e propõe-se a perceber como a Sociologia está sendo construída - em algumas das escolas da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro - pelos professores(as) regentes na sua relação cotidiana com essa matéria. Trabalha com quatro elementos articulados, relevantes para se aproximar da identidade da Sociologia. São eles: a sua trajetória na Educação Básica; os sentidos atribuídos, sintetizados nos objetivos e na especificidade desta disciplina em relação às demais; os conteúdos e metodologias mobilizados na construção cotidiana de seu conhecimento

escolar; e, por fim, os lugares que ela vem ocupando na escola. Suas fontes baseiam-se em trabalhos acadêmicos, documentos oficiais de âmbito nacional e estadual, além de entrevistas semiestruturadas realizadas com professores e professoras desta rede de ensino.

A primeira tese de doutorado que orientei foi a de Lídia Alice Medeiros: *Receitando normas e arquitetando soluções na habitação social: Victor Tavares de Moura e Affonso Eduardo Reidy em busca de uma modernidade para o Rio de Janeiro*, defendida em 2010. Traz uma ampla reflexão sobre a política pública voltada para habitação social, entrevista pela atuação de duas figuras públicas, Victor Tavares de Moura (1892-1960) e Affonso Eduardo Reidy (famoso arquiteto modernista; 1909-1964), ambos funcionários públicos, em departamentos distintos, da Prefeitura do antigo Distrito Federal. Suas propostas de atuação são distintas, porém, convergentes, na busca por soluções inéditas para o grave problema da moradia popular. A abordagem comparativa recupera as recorrentes coincidências ao longo de suas trajetórias profissionais ao partilhar a mesma preocupação – a habitação social.

Orientei a tese da aluna caboverdiana Fernandina Lopes Fernandes em parceria com meu colega muito querido Dorian Borges. A pesquisa versava sobre *Crime, juventude e medo: a visão de moradores, polícia e jovens desviantes sobre o crime na cidade da Praia em Cabo Verde*. Defendida em 2016. Analisa as opiniões sobre o crime na cidade da Praia, em três públicos-alvo: (1) os residentes de dois bairros da cidade (Ponta D'água e Palmarejo); (2) os jovens considerados responsáveis pelos crimes (os *thugs*) e (3) os agentes de dois batalhões da Polícia Nacional que combatem o crime (BAC e Piquete). Propõe alguma cautela quanto a relação linear formulada quanto aos “*thugs*” e aumento do crime, e a necessidade de considerar o contexto social em que vivem. A pesquisa empírica envolveu 26 entrevistas em profundidade, semi-estruturadas, junto aos os três públicos alvos. As principais conclusões sinalizam que, os sujeitos de pesquisa, em geral, acreditam na influência do contexto social na prática criminosa; os *thugs* são vistos como responsáveis pelo aumento do crime na cidade, embora o estudo tenha apontado que tal aumento não pode ser apenas atribuído a eles, mas também ao tratamento e à visão que as autoridades propagam dos *thugs*, o que gera sua estigmatização e rotulação levando à maior revolta destes. Uma visão moralista é percebida por parte dos moradores e dos integrantes da Polícia Nacional, que atribuem aos pais, uma ausência de acompanhamento dos filhos, contribuindo para que entrem na vida do crime.

Duas das pesquisas que orientei no PPCIS foram publicadas em livro. O primeiro, uma excelente dissertação de autoria de Fernando Ribeiro Gonçalves Brame, que resultou no livro *O Império sobre trilhos: Estado, disputas políticas e articulação socioespacial no Rio de Janeiro*. A segunda foi a tese de Leopoldo Guilherme Pio, defendida em 2014, intitulada *Novos sentidos do patrimônio cultural no projeto Porto Maravilha*, que mantendo o título da tese, foi publicado em 2017. Fui convidada para escrever o Prefácio, o que fiz com muito prazer.

A tese acima citada, de Leopoldo G. Pio foi realizada num clima de muita convivência, de trocas de comentários, e de percepções, além de coautoria em seminários e publicações dada a proximidade de nossas temáticas de pesquisa.

Na sequência apresento as pesquisas que desenvolvi no PPCIS, indicando seus produtos, e as parcerias realizadas.

Atividades de Pesquisa

Como pesquisadora do PPCIS filiei-me inicialmente à Linha de Pesquisa: *Memória, Espaço Urbano e Cultura*, que mais tarde foi ganhando novas configurações e novos títulos à medida que as Linhas de Pesquisa se redefiniam para se adequarem às novas dinâmicas das áreas de pesquisas da Pós-Graduação. A atual Linha de Pesquisa que integro denomina-se *Cidade, Movimentos Sociais e Religião, no grupo Cidade, Poder e Resistências*.

Iniciei minhas pesquisas no PPCIS um ano após ter defendido minha tese em 1998. Assim, em 1999, participei do novo concurso para o Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística- PROCIÊNCIA, convênio da UERJ com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, Programa que tem favorecido muito o crescimento da atividade de pesquisa na UERJ. Tive bolsas PROCIÊNCIA durante vários anos.

Nos anos 2003 e 2015 fui nomeada para compor o Comitê Interno do Prociência.

Integro o Grupo de Pesquisa CNPq: *Políticas Públicas Territoriais* (diretório do CNPq), que tem como líder minha amiga Angela Moulin Simões Penalva Santos. Esse grupo atuou diretamente para viabilizar os *Seminários Rio de Janeiro*, acima mencionados.

Em seguida, apresento meus projetos de pesquisa, desenvolvidos em sua maioria com bolsa PROCIÊNCIA.

Pesquisa: “Habitação em Área Central para Famílias de Baixa Renda.” 1999/2002

Minha primeira pesquisa no âmbito do PROCiência direcionou-se para o “Programa Novas Alternativas” da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro/SMHRJ, que visava “estimular e oferecer novas opções de moradia para a população de baixa renda”, por meio do “projeto Reabilitação dos Cortiços”, “voltado para a recuperação do casario antigo deteriorado, habitado por famílias de baixa renda em condições de risco e insalubridade”. Os cortiços a serem reabilitados eram denominados de casarões.

No caso da reabilitação de cortiços com moradores, estes eram cadastrados e abrigados pelo Programa, em outra moradia e voltavam quando terminada a reforma. Isso ocorreu, de fato, nos Casarões pesquisados. Contatos formais com pessoas da Gerência do Programa Novas Alternativas e da Ong Espiral - responsável pela gestão dos casarões reabilitados - permitiram conhecer bem o Programa e viabilizaram os primeiros contatos com os moradores.

Conheci os casarões reabilitados e fiz o primeiro contato - intermediado pela assistente social da Ong - com os moradores. Participei das “reuniões de condomínio” dos moradores, e na etapa seguinte foram realizadas as entrevistas que visavam identificar suas características socioeconômicas, seus tipos de organização familiar, suas redes de sociabilidade, suas condições de moradia nesse novo espaço reabilitado, as vantagens e desvantagens que atribuem à nova moradia, as formas de utilização dos espaços de uso coletivo.

Pelas normas do Programa os moradores pagavam um aluguel subsidiado, com um valor abaixo daquele do mercado, o que viabiliza uma moradia em boas condições para pessoas de baixa renda. Afora os moradores de cortiços, outras pessoas podiam se candidatar a morar ali. Havia muitas pessoas interessadas, que precisavam se inscrever para se candidatar à moradia. A exigência para a inclusão dos candidatos ao Programa era de renda mensal de 1 até 5 salários mínimos.

O casarão reabilitado mantinha a mesma estrutura física anterior, com nova pintura e novos reparos, uma imagem de ordem, e bem cuidado. Os cômodos individuais são mantidos, e se valoriza muito a existência de pequenos espaços coletivos, utilizados para as pequenas reuniões do Condomínio e para eventuais comemorações. O banheiro continuava sendo coletivo, o que é motivo de muitas queixas e reivindicações por banheiros privados. Reconheciam, entretanto, que o novo casarão era muito mais seguro do que os

antigos cortiços em que moravam. Os espaços coletivos são limpos e tratados com cuidado.

Três cortiços já tinham sido reabilitados pela Prefeitura. Dois deles foram pesquisados: o casarão da Rua Sacadura Cabral, no.295, no bairro da Saúde, zona portuária da cidade, e aquele situado na Travessa Mosqueira, nº. 10, na Lapa, bairro do Centro, conhecido como zona boêmia; ambos já estavam habitados. O terceiro casarão, situado na Rua Cunha Barbosa, também no bairro da Saúde, ainda não estava sendo utilizado, por haver problemas judiciais envolvendo sua reabilitação.

O cortiço da Senador Pompeu incluía-se nessa proposta inicial do Programa, mas sua reforma demorou muito tempo para acontecer, para além do tempo da pesquisa. Acompanhando pelo site da Prefeitura sabe-se, atualmente, que no caso desse casarão a atuação foi diferenciada: *“Programa recuperou o primeiro cortiço no Brasil que foi comercializado através do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) da Caixa Econômica Federal para a população de baixa renda. Situado na Rua Senador Pompeu 34, o casarão – com cerca de 120 anos e tombado pelo Patrimônio Cultural do Município – foi recuperado mantendo as suas características arquitetônicas. No local, foram construídas 23 moradias”*¹⁵. Deixou de ter, portanto, o mesmo perfil dos dois casarões pesquisados, que se destinavam, exclusivamente, a serem alugados.

Nessa pesquisa contei com a colaboração de Shelley, aluna do curso de Sociologia Urbana, que no processo de elaboração de sua monografia de final de curso, integrou-se ao projeto.

Em ambos os casarões, vários moradores eram originários de cortiços, de casas de cômodo e quartos compartilhados, na área central da cidade, o que coincidia com a proposta de acolhimento do Programa.

Os resultados da pesquisa podem ser encontrados nos textos publicados, que menciono abaixo, com os dados sobre os moradores; sua moradia original, número de pessoas abrigadas em cada Casarão, suas composições familiares, os motivos da escolha do casarão, além do perfil socioeconômico dos moradores, que incluía dados sobre idade, gênero, grau de instrução, atividade de trabalho. As entrevistas mostraram o grau de satisfação dos moradores com a moradia reabilitada, as vantagens e eventuais desvantagens de morar em área central, os fatores positivos e outros negativos da nova moradia.

Tive oportunidade de participar de três eventos científicos para debater os resultados da pesquisa, com enfoques diferenciados, e discussões bastante

15 http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/novas_alt.htm.

interessantes. No ano de 2000 "Seminário Internacional: *Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social*" - Campinas/Unicamp. No ano seguinte participei do II Encontro Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida - O *Desafio para as Cidades no Século XXI*. Belém/2001. Em 2003 apresentei essa discussão no XI Congresso Brasileiro de Sociologia/SBS. Também como produto da pesquisa, a monografia de Shelley Muniz Azambuja Neves de Souza, que atuou comigo na pesquisa, conforme mencionei antes.

Pesquisa: Espacialização da cidade do Rio de Janeiro e os impactos das transformações econômicas advindas da globalização. 2000 /2002

Paralelamente à pesquisa acima comentada, conduzi outra investigação com o objetivo de apreender os princípios que organizam o espaço social da metrópole do Rio de Janeiro. A espacialização da cidade é entrevistada a partir dos impactos que as transformações econômicas, advindas da globalização, produziram sobre as estruturas social e espacial das grandes metrópoles. Essa era uma das linhas de pesquisa do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ-FASE) com o qual eu mantinha parceria.

Esse propósito exigia uma reflexão teórica - muito avivada naquele momento - sobre os conceitos como globalização, *global cities*, *dual city*, segregação social etc. A hipótese da *global city* (Sassen 1991¹⁶; Borja e Castells,¹⁷) identifica um processo de transformação do papel das cidades, que passam a integrar as redes da economia mundial, com sua divisão social e espacial do trabalho, em decorrência do declínio da atividade industrial e da expansão das atividades financeiras e dos serviços produtivos e pessoais. Emergiria daí uma nova estrutura social, caracterizada pela expansão das camadas superiores e inferiores da hierarquia social, pela concentração da renda e pela retração do peso das camadas médias (Preteceille e Ribeiro, 1999¹⁸).

A globalização das economias urbanas levaria, assim, a uma estrutura social polarizada, dual, tanto a socioprofissional, quanto a de distribuição da renda, com a conseqüente segmentação do mercado de trabalho, definida por um reduzido número de empregos altamente qualificados e muito bem pagos -

¹⁶ SASSEN, S. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

¹⁷ BORJA, J. e CASTELLS, M). *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madri, Taurus/Pensamiento, 1997.

¹⁸ PRETECEILLE, E., RIBEIRO, L. C. de Queiroz. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, ANPOCS, 1999. Revan / FASE, 2000

decorrentes do novo papel de articulação das cidades na rede da economia global - *versus* muitos empregos pouco qualificados e mal remunerados - resultantes do aumento da demanda por serviços produtivos e pessoais. A consequência seria o surgimento e expansão das camadas sociais de alta renda, e a introdução de formas "degradadas" de emprego no remanescente setor industrial. Tais argumentos conduziam à ideia de dualização da estrutura social, gerando novas categorias não redutíveis às classes sociais - como os "novos pobres", marginais e excluídos.

Necessário destacar, entretanto, que não havia um consenso quanto a essa proposição. As interpretações teóricas e conceituais sobre a natureza e dos processos de globalização, eram divergentes. Surgia assim uma visão crítica à *dual city*.

De um lado, a tese de que a *dual city*, produziria uma nova ordem espacial segregada particular, decorrente da segmentação do mercado. De outro, as pesquisas sobre Londres (Hamnett¹⁹) e Paris (Preteceille e Ribeiro)²⁰ contrariavam as hipóteses das *global cities*; não sendo identificada bipolarização das estruturas sociais e espaciais destas cidades. Constataram, sim, o crescimento das desigualdades sociais em termos de renda, entretanto, diferentemente do proposto pelos defensores da ideia de *global city*, esse aumento não é entendido como exclusivamente decorrente dos efeitos da globalização sobre a estrutura social, mas, sobretudo, decorre da redução dos impostos incidentes sobre as rendas e dos limitados aumentos da ajuda pública ao desemprego e às categorias de baixa renda.

A percepção de Ribeiro²¹ seguia nessa direção, mas constatava especificidades para a metrópole do Rio de Janeiro, que desde a década de 1990, delineava um novo desenho, que reconfigurava a clássica dualidade entre *centro/rico* e *periferia/pobre* revelando uma dinâmica social muito mais complexa, gerando novos debates sobre os impactos da reestruturação econômica sobre as estruturas social e espacial das grandes metrópoles. Para o autor, entretanto, o Rio de Janeiro indicava um processo particular de

¹⁹ HAMNETT, C. *Les changements socio-économiques à Londres*. Sociétés Contemporaines, n. 22/23, p. 15-32, jun./set., 1995.

²⁰ PRETECEILLE, Edmond. (1995), "Division sociale et globalisation; le cas de la métropole parisienne". Sociétés Contemporaines, 22-23.

²¹ RIBEIRO, L. C. de Queiroz. *Metrópole, desigualdades socioespaciais e governança urbana*. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal / IPPUR-UFRJ, 1997.

especialização das camadas mais ricas, entendido como *autossegregação*, que se afastava da proposta da cidade dual.

Os dados da minha tese também apontavam nessa direção, reforçando a ideia desse novo desenho proposto por Ribeiro. Encontrei sinais de autossegregação, na Barra da Tijuca, que se revela a Região Administrativa/RA, com maior concentração de famílias com chefia de alta renda. Eleita como a nova zona sul da cidade, seus moradores buscavam *status* e prestígio e exclusividade na apropriação desse espaço tornado nobre. Do mesmo modo, indícios do processo de periferização do crescimento metropolitano revelam-se no crescimento de domicílios periféricos da RMRJ com chefes de famílias de menor renda, crescendo 25,3% na década, índice bastante superior, à de seu município núcleo, Rio de Janeiro, que foi de 11,6%. Mesmo o município de Niterói, que tem um perfil socioeconômico mais próximo ao do Rio de Janeiro, apresentou percentuais mais elevados (18,2%). Dados indicadores de que o crescimento da metrópole fluminense se faz graças à sua periferia, e não no sentido da proposição da cidade dual.

Nesta linha, outra tendência, identificada por Brito²² (1990:175), revela que a periferização metropolitana, acontece como contraponto à "desperiferização" de algumas áreas da periferia, tal o que ocorre no bairro de Campo Grande. A "desperiferização" é entendida, pela autora, como o processo de expansão de formas de produção capitalista nessa área, com a incorporação da zona oeste ao mercado imobiliário da cidade, o que acarreta uma "elitização" de partes significativas dessa região.

Enfim, essas proposições resultam de pesquisas sistemáticas que mostram as especificidades da metrópole do Rio de Janeiro, afastando-se da tendência proposta de dualização da estrutura social, que se expressaria no espaço como cidade dual.

Como produtos dos projetos de pesquisa acima apresentados destaco minha participação no *IV Congreso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas: Desafios Sociales de América Latina en El Siglo XXI. em Bratislava/Esllováquia, 2004*. Apresentei dois trabalhos com diferentes abordagens, em duas Mesas distintas. O primeiro sob o título *Cidade e Habitação em Área Central: Políticas habitacionais de âmbito local na cidade do Rio de Janeiro, exposto na Mesa Dilemas e Desafios de uma Sociedade Pluricultural: Brasil Século XXI. Bratislava: Universidade de Economia de Bratislava*.

²² Britto, A.L. (1990) Novas formas de produção imobiliária na periferia: o caso da zona oeste do Rio de Janeiro. Dissertação/Mestrado. IPPUR/UFRJ.

O segundo trabalho inscreveu-se na Mesa Deuda Externa, Trabajo y Seguridad Social: los desafios de Latinoamerica en el Siglo XXI, intitulado Crise Econômica e Habitação: a reciclagem de edifícios para uso habitacional de baixa renda na área central da cidade do Rio de Janeiro. Bratislava: Universidade de Economia de Bratislava/ Eslováquia, 2004.

**Pesquisa “Efeito vizinhança” e “efeito escola” no modelo dominante de integração social/
2006/2009/2010**

Em 2006, devido à minha inserção como professora e pesquisadora do PPPCIS/UERJ, na rede do Observatório das Metrôpoles /IPPUR/UFRJ, à época um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), do MCT/ CNPq/ FAPERJ. Iniciei minha participação no projeto de pesquisa intitulado *Segmentação Social, Segregação Urbana, Desigualdade Social: o “efeito vizinhança” e o “efeito escola” no modelo dominante de integração social*. Fiz parte desse longo projeto de quatro anos, desde seu início em 2006. No ano de 2009 ele tornou-se objeto do meu pós-doutorado, conforme já mostrei, encerrando-se apenas em 2010.

Como já referi, uma parte desse projeto tornou-se minha proposta de pesquisa para o PROCIÊNCIA/2006, que teve continuidade e foi ampliado em minha pesquisa de Pós-doutorado.

A originalidade desta investigação apoia-se na interface entre duas áreas do conhecimento: a sociologia urbana e a sociologia da educação, tanto em relação à sua aproximação teórica, quanto à sua estratégia metodológica.

Estudiosos da cidade vêm mostrando que a segregação residencial leva ao isolamento dos segmentos sociais vulnerabilizados – quer pela economia, quer pelos novos padrões de políticas públicas – e fragiliza os laços de integração social, desencadeando mecanismos sociais de reprodução da pobreza e das desigualdades. Era meu interesse reforçar que a segregação conduz ao isolamento territorial, e que este afeta as relações dos indivíduos com a sociedade e suas instituições. Morar em territórios pobres, isolados, contribui para que os indivíduos permaneçam excluídos das principais correntes de influência da sociedade, vivenciando situações de fragilização social, tanto frente ao mercado de trabalho, quanto frente à família, à escola e à moradia. Na ausência de mecanismos que permitam romper com essa situação de precariedade, seja por meio da renda gerada pelo trabalho, seja por meio da mobilidade social propiciada pela educação, recria-se o processo de causação

circular da pobreza, ou ciclo vicioso da pobreza. As oportunidades de trabalho e educativas podem, portanto, representar um diferencial nesse processo.

Por sua vez, no campo da sociologia da educação, particular atenção tem sido dada a certos atributos existentes nas escolas - como organização e instituição - na explicação dos diferenciais de desempenho escolar de crianças e adolescentes. Tais atributos aparecem sistematizados na noção de “efeito escola”, definido como a capacidade que a escola - organizada institucionalmente - tem de reduzir, pelo menos em parte, os efeitos das diferenças de posição social dos alunos sobre o seu desempenho escolar (Maria Lígia Barbosa).

Como referencial empírico de análise, focalizava-se o processo de socialização e aprendizagem de crianças da 4ª série do ensino fundamental, num total de 15 escolas públicas municipais pesquisadas, localizadas em bairros típicos da divisão social da cidade do Rio de Janeiro. Boa parte desses alunos é originária de famílias pobres em situação de vulnerabilidade social, vive em áreas segregadas como favelas, bairros pobres etc.

A pesquisa volta-se, assim, para o estudo da relação entre segregação residencial, efeito vizinhança, e as chances de escolarização de crianças originárias das camadas sociais pobres.

Interessava enfatizar que a educação é dos poucos mecanismos que possibilitam às camadas populares eventuais trajetórias ascendentes de mobilidade social, ou seja, tudo indica que no Brasil a educação tem ainda papel fundamental no processo de mobilidade social. Se o êxito escolar das crianças pobres se inviabiliza, seja pelas condições de vizinhança, seja pelas condições da escola, ou mesmo da família, a pobreza se reproduz continuamente de uma geração a outra. Para que essa realidade não se perpetue, é necessário, no caso deste recorte específico, condições de vizinhança favoráveis, famílias que valorizem a educação e escolas que funcionem como um fator de democratização de oportunidades.

Apresentei essa discussão na Mesa 02 do Seminário comemorativo dos 25 anos do Curso de Sociologia Urbana Pós-Graduação *lato sensu*, que já mencionei acima. Essa comunicação foi publicada como artigo, intitulado, *O papel do território na configuração de oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança*, no livro derivado do Seminário, que registrei acima em nota de rodapé. Não me alongo mais nesse relato, pois ao falar sobre meu pós-doutorado, detalhei toda a pesquisa, nesse momento, em sua fase inicial, e seus diferentes produtos.

Pesquisa: Distinção de favela e não favela no modelo de organização social do espaço da cidade do Rio de Janeiro

Em 2011 retomei a discussão sobre a espacialidade urbana para trabalhar com um novo corte espacial para a cidade do Rio de Janeiro, que se filiava à perspectiva do Observatório das Metrópoles.

Tratava-se da distinção entre espaço *favela* e espaço *não favela*. A área ou espaço *favela* corresponde ao conjunto das favelas existentes na cidade; *não favela* corresponde à área ou espaço total da cidade, menos as favelas, ou seja, os bairros, ou a cidade. Nessa medida, nomeio ao longo do texto como *cidade* e como *bairros*, tomados como *equivalentes* do termo *não favela*. A diferenciação adotada refere-se aos resultados de pesquisa encontrados pelo Observatório das Metrópoles, que demonstram a pertinência desta distinção, na medida em que, ela está associada a distintos padrões de interação social entre os moradores da *favela* e as instituições da sociedade e mesmo com outros grupos sociais (Alves, Franco e Ribeiro: 2006)²³.

O estudo de tal configuração espacial foi possível graças à base de microdados dos Censos de 1960 a 2000, criada pelo Observatório das Metrópoles e validada pelo Departamento de Pesquisa do IBGE. Esta base agrupa em unidades espaciais específicas setores censitários considerados pelo IBGE como *domicílios em aglomerados subnormais*. Denominadas “Áreas IPPUR”, tais espaços foram operacionalizados por meio do afrouxamento da exigência de contiguidade dos setores censitários que formam as áreas de ponderação modificadas. Os setores censitários considerados subnormais (ou seja, as áreas de *favela*) foram agrupados em 39 unidades específicas, obedecendo-se, porém, os limites dos bairros e das regiões administrativas da Prefeitura. Além dessas 39 áreas de expansão, a base de dados inclui também outras 175 áreas de expansão²⁴.

²³ ALVES, Fátima; FRANCO, Creso; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. O Território na Herança das Desigualdades de Oportunidades Educativas: estudo da divisão favela x bairro sobre probabilidades de repetência na cidade do Rio de Janeiro. *Workshop on “Neighborhood effects, educational achievements and challenges for social policies”*. Rio de Janeiro, 2006.

²⁴ As unidades espaciais que serviram de base para a construção das variáveis relativas ao local de moradia foram as AEDs (Áreas de Ponderação), que são as únicas referências geográficas intramunicipais fornecidas pelos microdados amostrais do Censo 2000 (IBGE), e correspondem a aglomerados de setores censitários. No entanto, devido às peculiaridades geográficas da cidade do Rio de Janeiro, onde temos dentro de uma mesma AED, áreas favelizadas e não favelizadas, optou-se por fazer uso das “Áreas IPPUR”. Alves, Franco & Ribeiro. *O Território na Herança das Desigualdades de Oportunidades Educativas: estudo da divisão favela x bairro sobre probabilidades de*

Meu interesse era o de mapear as desigualdades sociais manifestas no espaço da cidade – a partir desse novo desenho – que permitiria um novo olhar sobre a distribuição dos formatos familiares (e suas respectivas características socioeconômicas) e da moradia (e suas respectivas características físicas). Importava revelar as características socioeconômicas e demográficas que demarcavam cada uma dessas áreas. Parti do pressuposto de que as desigualdades sociais se expressam no espaço social, configurando situações e segmentação territorial e segregação residencial, perspectiva de análise adotada nos estudos desenvolvidos pelo Observatório das Metrôpoles, cuja premissa enfatiza a importância dos processos de segmentação da cidade, na explicação das tendências à reprodução estrutural da pobreza. Para mapear as desigualdades expressas nesses dois espaços iniciei com os dados relativos às características da família e da moradia, além do perfil de seus moradores. Menciono alguns resultados das tabulações, para melhor situar a realidade desses dois universos sociais.

Há padrões familiares diferenciados entre essas duas áreas. As pequenas famílias de uma ou duas pessoas são mais frequentes na *não favela (ou cidade, ou bairro)*, enquanto as de cinco e seis componentes, com menor presença relativa em ambos os casos, são mais frequentes na *favela*. Entretanto, como famílias de três e quatro componentes têm igual percentual nas duas áreas, o tamanho médio da família assemelha-se em ambas as áreas: 2,98/não-favela e 3,33/favela, o que condiz com a tendência de redução do número de membros da família também nas áreas pobres.

Quanto à escolaridade do chefe, os contrastes mais acentuados entre as duas áreas estão nos seus extremos; chefes com curso primário dobram seu percentual na *favela*. Por sua vez, os chefes com escolaridade superior somam na *cidade* 25,3%, enquanto não chega a mais que 2,0% na *favela*. As categorias sócio-ocupacionais mais altas (maior qualificação profissional e maior renda) predominam no espaço *cidade*, sendo o inverso válido para o espaço *favela*.

A renda do chefe correlaciona-se com seu grau de escolaridade, nos dois casos, mas expressa-se com mais nitidez em seus contrastes. Na *favela*, boa parte dos chefes com baixa escolaridade ganham apenas até um salário mínimo, enquanto na *cidade* esse percentual se reduz pela metade. Em contrapartida, quase 11% dos chefes nos *bairros* ganham mais de vinte salários, enquanto na *favela* apenas 0,2% ganham esse valor.

repetência na cidade do Rio de Janeiro. Workshop on "Neighborhood effects, educational achievements and challenges for social policies". Rio de Janeiro. 2006.

Essas diferenças socioeconômicas apontam para uma desigualdade social – originária da forma como o solo é ocupado e da apropriação do espaço – derivadas, especialmente de diferenças de escolaridade, sócio-ocupacionais e de renda.

A distribuição etária da população mostra que a *favela* concentra mais jovens, em consonância com o que a literatura vem mostrando. Chefes de até 25 anos são mais do que o dobro na *favela*; chefes com mais de 55 anos são mais presentes no espaço *bairros*.

O critério da cor, indica a maior presença de chefes de cor branca na *cidade* e de negros na *favela*, como já se sabe, entretanto, importa ressaltar a grande indefinição constatada quanto à cor sobretudo na *favela*, com o alto índice de chefes que não se declararam nem branco, nem negro, e, sim, de *outra cor*, bem maior que nos *bairros*.

Resumo aqui as características da moradia em cada área. Na *favela* predominam largamente as casas, dadas suas características da ocupação do solo; os apartamentos são a forma de morar predominante na *cidade*, substituindo progressivamente as casas. A *favela* tem percentual relativo de pessoas que moram em um mesmo cômodo, com densidade média morador/dormitório bastante alta, e maior precariedade da moradia. Esse percentual é bem maior do que nos *bairros*.

Quanto aos domicílios próprios, já pagos, estes são majoritários na *favela*, consequência da ausência de regulação fundiária e das peculiaridades de seu mercado imobiliário informal, contrapondo-se à maior presença de domicílios alugados na *cidade*.

Dados já conhecidos foram confirmados. Quanto à existência de sanitários nos domicílios, quase 20% dos moradores da *favela* vivem sem eles. No entanto, ainda que em menor escala, essa precariedade ocorre também na *cidade*, 8,8% nessa mesma condição. O abastecimento de água, sabe-se, é praticamente oferecido à toda a população de ambos os espaços, em oposição à destinação do lixo, cujos resultados mostram que os serviços de limpeza são muito mais generalizados na *cidade*, enquanto na *favela* o recurso ao uso de caçambas é mais frequente.

Quanto aos perfis da família e aos formatos familiares, resumidamente, devo dizer que os tipos familiares se distribuem de modo relativamente similar em ambos os espaços; uma leve maior incidência dos tipos unipessoal e casal sem filhos acontece na *cidade*. No espaço *favela* há leve predominância de casal com filhos, e de mulher chefe sem cônjuge com filhos.

A chefia da família também se diferencia; nos *bairros* predominam as chefias masculinas; na *favela* predominam as chefias femininas. Há também uma variação na chefia segundo o tipo familiar.

Há ainda um conjunto de dados obtidos que seria difícil resumir nesta apresentação. Alguns não apresentam diferenças muito significativas entre as duas áreas, outros são muito específicos. Eles podem ser consultados no texto abaixo indicado.

Nesse trabalho contei com a colaboração de Gabriel da Silva Vidal Cid, meu antigo bolsista de iniciação científica, que, como antes referi, elaborava sua dissertação no IPPUR. André Ricardo Salata, igualmente, antigo bolsista de iniciação científica, elaborou todas as tabelas de que eu necessitava para minha análise, a partir de sua ligação ainda mantida com o IPPUR. Em 2010 ele iniciara seu doutorado no IFCS/UFRJ. Registro meu agradecimento, mais uma vez, a André.

O primeiro produto deste trabalho foi a apresentação da pesquisa no II *Seminário Rio de Janeiro: Um território em mutação. Uerj 2011*. Em seguida, esse texto foi publicado em livro, como mencionei no tópico *Seminários Rio de Janeiro*.

Pesquisa Megaeventos Esportivos, Dinâmica Urbana e Conflitos Sociais: intervenções urbanas e novo desenho para a cidade do Rio de Janeiro - 2014/2018

A partir de 2014 iniciei nova linha de pesquisa que buscava refletir sobre políticas públicas de intervenção urbanística na cidade do Rio de Janeiro e seus decorrentes conflitos sociais, nesse processo de produção do espaço. Meu interesse voltava-se para as atuações ligadas à Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, na zona portuária carioca, dotada de forte legitimidade, graças à recepção dos megaeventos esportivos (Copa das Confederações, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos), para os quais a cidade deveria se transformar em um cenário urbano renovado de grande atratividade e competitividade do capitalismo global.

No entanto, a produção do espaço urbano, se guiada unicamente pela lógica de acumulação do capital, gera um crescimento excludente, com um espaço social profundamente desigual, marcado pela segregação. Uma das evidências desse processo é observada no acesso restrito à moradia de grande parte da população brasileira.

Minha abordagem trazia uma ponderação bastante crítica a este tipo de atuação, pautada pelos interesses do grande capital, na renovação e sofisticação

da área portuária, por meio da *gentrificação*, ou seja, a requalificação urbana, e a valorização fundiária imobiliária dessa área, cujo intuito era atrair novos moradores das camadas sociais mais altas, viabilizando a ocupação de novos empreendimentos imobiliários habitacionais de luxo. Interessava nesse contexto avaliar os impactos socioespaciais desta prática, que afetava as condições de vida de seus originais moradores, seja pelo aumento dos aluguéis, seja, pela mudança do perfil socioeconômico do lugar, inviabilizando a manutenção dos moradores locais. Interessava nesse contexto avaliar os impactos socioespaciais desta prática. Enfim, entende-se a questão da moradia como geradora de conflitos de interesses.

A literatura indica que as metrópoles sedes de megaeventos esportivos, podem ter esses seus problemas agravados, em especial, aquelas de países em desenvolvimento. Ao final dos grandes eventos esportivos como estariam as cidades sedes em relação às suas disparidades socioespaciais interurbanas? As intervenções, ligadas aos megaeventos acabariam por produzir cidades mais desiguais, mais pobres e mais fragmentadas do que eram antes dos megaeventos?

Interessava perceber os efeitos e impactos dessas intervenções urbanísticas na zona portuária do Rio de Janeiro, decorrentes da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. O foco mais imediato da pesquisa direciona-se para o bairro da Gamboa, com destaque para Praça da Harmonia.

Conforme se verificou, a população atingida por tais ações – devido à valorização da área, decorrente das próprias intervenções que a expulsa – acaba por se deslocar para áreas mais periféricas longínquas, sem infraestrutura, sem transporte e pouco valorizadas da cidade, com enormes prejuízos econômicos e sociais. Não é por outro motivo que os moradores resistem tanto a esses processos de remoções e deslocamentos, que geram verdadeiros conflitos sociais urbanos.

Constata-se igualmente que o ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, não difere da experiência de boa parte das metrópoles que já sediaram esse tipo de evento, em especial, quando ocorrem em países em desenvolvimento.

Interessava revelar as consequências perversas da atuação do poder público ao intervir no espaço da cidade em operações consorciadas como a do Porto Maravilha. É preciso clarificar seu caráter intencionalmente excludente, pois *gentrificação* gera processos que implicam sempre penalização das camadas mais pobres das áreas atingidas.

Graças ao trabalho de campo foi possível avançar a evidência de que os processos de *gentrificação*, como a presente requalificação urbana da área

portuária, afetavam as condições de vida das pessoas, suas relações de trabalho, as escolas de seus filhos, sua relação de proximidade com parentes e vizinhos, e como decorrência, a desarticulação de redes de sociabilidade, que muitas vezes se configuram como estratégias de sobrevivência, expressas no cuidado de filhos por parentes e vizinhos, pequenos empréstimos em dinheiro, além de afetar suas relações afetivas.

As intervenções urbanísticas direcionadas para a recepção dos megaeventos esportivos transformam os espaços urbanos tornando-os menos acessíveis aos pobres, e ao mesmo tempo beneficiam interesses das elites econômicas, em particular, estão alterando para pior a situação de moradia de numerosas famílias da área central e do entorno da Praça Harmonia.

Esse tipo de atuação direciona seus benefícios, quase que exclusivamente, para os setores financeiro e imobiliário, o que onera a cidade na sua totalidade. Privilegiam-se as suas áreas nobres, ou seja, aquelas já dotadas de boa infraestrutura e serviços, enquanto as áreas mais carentes continuam esquecidas, além disso, não priorizam os problemas mais graves de habitação popular, saúde, educação, saneamento e transportes em áreas pobres e afastadas. Trata-se de uma forma de política urbana que reforça a desigualdade social e espacial

Outra questão de pesquisa traz como reflexão a eventual nova centralidade que a Praça da Harmonia e suas áreas vizinhas poderia ganhar em função de suas novas características. Foi possível vislumbrar, por meio de uma primeira aproximação com a história do lugar, que a Praça Harmonia uma área histórica de grande tradição cultural, religiosa, além de sindical. A Praça ainda não tinha sido palco das intervenções urbanísticas, entretanto, as áreas do seu entorno passaram por mudanças profundas.

As “Ocupações” na área portuária também foram objeto de estudo, acompanhando sua trajetória no momento da ocupação, suas estratégias de resistência, e o momento da remoção de seus moradores.

Vários foram os produtos dessa pesquisa. Em 2013, fase mais inicial da pesquisa, meu orientando Leopoldo Guilherme Pio e eu apresentamos o trabalho intitulado *Megaeventos Esportivos, Dinâmica Urbana e Conflitos Sociais: Intervenções Urbanas e Novo Desenho para a Cidade do Rio de Janeiro* que, posteriormente, foi publicado em livro²⁵. Menciono também o artigo elaborado

²⁵ SANT’ANNA, M. J. G.; PIO, L. G. *Megaeventos Esportivos, Dinâmica Urbana e Conflitos Sociais: Intervenções Urbanas e Novo Desenho para a Cidade do Rio de Janeiro*. In: SANTOS, A.M.S. P.; SANT’ANNA, M. J. G.(orgs) *Transformações Territoriais no Rio de Janeiro do Século XXI*. Rio de Janeiro. Editora Gramma. 2014.

em parceria com Lívia Maria Abdalla Gonçalves, aluna de doutorado do PPCIS, sob o título *Transformações e conflitos na área portuária da cidade do Rio de Janeiro: megaeventos esportivos, mídia e marketing urbano*, publicado na Revista *Interseções*, v. 17 n. 2, p. 378-396, dez. 2015.

Ainda como produto desta linha de pesquisa menciono a tese de Leopoldo Guilherme Pio, defendida em 2014, *Os Novos sentidos do patrimônio cultural no projeto Porto Maravilha*, cujo referencial de investigação foi o Museu do Amanhã.

A orientação da monografia de graduação de José Leonardo da Silva Paiva: *Estudo Preliminar das Ocupações Vitto Giannotti, Manoel Congo e Mariana Crioula, ocupações exitosas da área central do Rio de Janeiro*, deriva da mesma pesquisa. Sua defesa ocorreu em 2018.

Em fase mais adiantada da investigação orientei Luciana Ximenes, arquiteta, aluna do Curso de Sociologia Urbana pós-graduação *lato sensu*, em sua monografia *Ocupações na zona portuária do Rio de Janeiro: soluções de moradia e ações de resistência no contexto do projeto Porto Maravilha*, de 2017. No ano seguinte, avançando um pouco mais a discussão, publicamos em coautoria o artigo *A Luta pela Moradia Popular na Zona Portuária do Rio de Janeiro: ocupações, remoções, permanências e novos arranjos pós-megaeventos esportivos*, na Revista *Interseções* 19, dez.2018.

Essa temática de pesquisa também propiciou minha participação, em novembro de 2016, no 3º. *Evento Sociabilidades Cariocas* organizado por Renata Menezes (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Museu Nacional, UFRJ, PPGAS) e Sandra de Sá Carneiro (PPCIS/UERJ) quando apresentei o trabalho: *Praça da Harmonia: Festas e Sociabilidades*.

Mantenho essa linha de investigação atualmente com novos enfoques, voltados para a situação socioespacial da cidade em contexto *pós-megaeventos esportivos*, como mostro a seguir.

PPCIS/Projetos de Pesquisas em andamento

Os dois atuais projetos de pesquisa que desenvolvo - associados ao Núcleo *CIDADES* - propõem uma reflexão sobre a cidade do Rio de Janeiro entrevista no cenário *pós-megaeventos esportivos*, com previsão para sua conclusão no final de 2022. O primeiro tem como título "Rio de Janeiro *pós-megaeventos esportivos*: novas espacialidades, novas sociabilidades urbanas?", e dá continuidade à minha pesquisa sobre os impactos sociais e espaciais e aos conflitos urbanos da fase de intervenção urbanística na área portuária. Trata-se

agora de buscar identificar que novas espacialidades e sociabilidades se configuram.

Busca-se acompanhar o modo como a cidade do Rio de Janeiro se reorganiza social e espacialmente, nesse cenário pós-megaeventos. Importa delinear o desenho de novas espacialidades associadas às novas formas de sociabilidade; ou seja, apreender as dinâmicas socioespaciais em seu movimento. O referencial empírico da pesquisa tem recortes espaciais diferenciados: cidade do Rio de Janeiro, a Área Central da cidade, sua Área Portuária e bairro da Gamboa, no qual se situa a Praça da Harmonia, foco mais imediato da pesquisa. Busco identificar mudanças quanto às formas de sociabilidade, investigando que elementos sociais e simbólicos influenciam na sua composição e que práticas sociais modelam esses espaços.

A segunda pesquisa procura avaliar qual a situação real das novas centralidades, planejadas pela Operação Consorciada Porto Maravilha, na Zona Portuária, da cidade Rio de Janeiro Pós-Olímpico.

Vista como uma das marcas do urbanismo contemporâneo, a tendência observada nas metrópoles contemporâneas de revalorização do seu espaço em Área Central e de criação de novas centralidades urbanas, muitas vezes é associada a projetos de revitalização de suas áreas portuárias. Interessa refletir sobre essas questões e avaliar as propostas de criação de novas centralidades culturais da Operação Consorciada Porto Maravilha.

Meu entendimento é que a área que reúne o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio de Janeiro, os novos armazéns portuários, o Aquário do Rio, a Roda-gigante - o mais novo equipamento instalado na área, a Fábrica de Espetáculos do Teatro Municipal, o Instituto dos Pretos Novos, o Cais do Valongo, toda ela servida pelo VLT, pode se constituir em uma nova área de centralidade, sobretudo, cultural. A pesquisa busca, portanto, acompanhar o processo de uso e ocupação desses espaços e a dinâmica de uso de apropriação desses novos equipamentos urbanos. Supõe-se uma reconfiguração de usos e de serviços e maior dinâmica para a região.

Essa pesquisa vem sendo desenhada com meu antigo orientando, hoje professor da UNIRIO, Leopoldo Guilherme Pio, e já publicamos artigo sobre esse assunto, conforme antes referi.

Palavras Finais

Ao longo desta narrativa muito falei sobre Sociologia Urbana. De fato, é claro meu integral envolvimento nessa área. A cidade como objeto de estudo é também fonte de encantamento. Ainda assim, gostaria de não ter me alongado tanto. Foram longas apresentações, principalmente aquelas que versavam sobre meus projetos de pesquisa, seus resultados e seus produtos, compondo estas extensas cinquenta páginas. Nesse sentido, o melhor é um brevíssimo encerramento.

A longa trajetória aqui descrita pode ser pensada também como uma longa caminhada, no processo de trilhar um caminho, ainda que, para o poeta não haja caminho; *“o caminho se faz ao andar.”*

Encerro, assim, com os versos do poeta sevilhano Antonio Machado (1879/1939); um dos expoentes da Literatura Espanhola de então.

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay camino
sino estelas en la mar.

Epigrama XXIX del libro *Proverbios y Cantares de “Campos de Castilla”*
(http://www.rinconcastellano.com/biblio/sigloxx_98/amachado_prov.html)